



GOVERNO DO BRASIL
CATÁLOGO
FEDERATIVO
2026





ÍNDICE

01

POLÍTICAS SOCIAIS E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

- 6** MINISTÉRIO DA DEFESA
- 11** MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
- 12** MINISTÉRIO DOS DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA
- 16** MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- 22** MINISTÉRIO DO ESPORTE
- 27** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
- 44** MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
- 47** MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 48** MINISTÉRIO DA CULTURA
- 52** MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA
- 59** MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
- 60** MINISTÉRIO DAS MULHERES
- 67** MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL
- 72** MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
- 73** MINISTÉRIO DA SAÚDE



02

FORTALECIMENTO DA GESTÃO E DA COOPERAÇÃO FEDERATIVA

- 91** MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
- 96** MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
- 97** MINISTÉRIO DA FAZENDA
- 99** ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
- 102** CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
- 103** MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

03

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MUDANÇA DO CLIMA

- 105** SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
- 106** MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
- 107** MINISTÉRIO DAS CIDADES
- 112** MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
- 113** MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
- 115** MINISTÉRIOS DE MINAS E ENERGIA
- 121** MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
- 127** MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
- 127** MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS
- 129** MINISTÉRIO DO TURISMO
- 130** MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

APRESENTAÇÃO

Prezado(a) Gestor(a) Municipal,

Sob a coordenação do Ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães, a Secretaria Especial de Assuntos Federativos (SEAF) tem a missão de levar informação, assistência técnica, troca de experiências e diálogo qualificado a todo o país, contribuindo para a construção de soluções voltadas às principais demandas da gestão pública municipal.

Nesse contexto, este Catálogo Federativo foi elaborado para orientar e ampliar o acesso às oportunidades disponíveis. Aqui, você encontrará informações claras e objetivas sobre ações e programas do Governo Federal, orientações sobre como acessá-los e os canais de atendimento dos órgãos responsáveis. Nosso propósito é facilitar o trabalho das gestões municipais e apoiar a implementação de políticas públicas eficazes, capazes de melhorar a vida de quem mais precisa.

Quando o pacto federativo é fortalecido e funciona de forma integrada, ele transforma realidades e abre caminhos para um país mais justo, desenvolvido e próspero.

Nós da SRI estaremos sempre de portas abertas para receber você. Juntos, sempre do lado do povo brasileiro, vamos construir o Brasil do futuro!



01

EIXO



*Políticas Sociais
e Combate às
Desigualdades*

MINISTÉRIO DA DEFESA

Operação Carro-Pipa

A Operação Carro-Pipa é uma ação coordenada pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), destinada ao abastecimento emergencial de água potável em municípios afetados pela estiagem ou seca.

A execução logística da operação é realizada pelo Exército Brasileiro, em apoio ao MIDR, incluindo planejamento de rotas, fiscalização e distribuição de água às comunidades atendidas

Público-alvo

- População residente em áreas afetadas pela seca e estiagem.

Requisitos

- O município deve possuir reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública por seca ou estiagem.

Passo a passo

- As solicitações devem ser encaminhadas conforme orientações do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), com apoio operacional do Exército Brasileiro.

Contatos

Site: www.gov.br/mdr



Programa Forças no Esporte (PROFESP)

O Programa Forças no Esporte (PROFESP) promove inclusão social por meio de atividades esportivas, educacionais e de cidadania realizadas em organizações militares da Marinha, Exército e Aeronáutica. E tem por finalidade promover a valorização da pessoa, reduzir riscos sociais e fortalecer a cidadania, a inclusão e a integração social dos beneficiados, por meio do acesso à prática de atividades esportivas e físicas saudáveis e de atividades socialmente inclusivas, realizadas no contraturno escolar, dentro de organizações militares.

Pela grande capilaridade das Forças Armadas, o Programa está presente em inúmeras localidades de todos os Estados e Distrito Federal. No total, ao longo dos anos de sua existência, mais de 295 mil jovens foram ou estão sendo atendidos pelo PROFESP. Por suas abrangências geográfica e qualitativa, e graças ao apoio de parceiros, os PROFESP tem sido considerado como uma ferramenta eficaz de prevenção de segurança pública, além de sua ação no fortalecimento da inclusão social e soberania nacional.

Público-alvo

- Crianças e adolescentes dos 6 (seis) até os 18 (dezoito) anos de idade, em situação de vulnerabilidade social.

Contatos

Site: www.defesa.gov.br

E-mail: profesppjp.comsoc@defesa.gov.br

Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR)

O Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) foi criado pelo Ministério da Defesa, em 2008, e é executado pelas Forças Armadas. Tem como principais objetivos: contribuir para o desenvolvimento do desporto nacional de rendimento, educacional, de participação e de formação; motivar a prática esportiva e a higidez física pelos militares; projetar positivamente a imagem das Forças Armadas brasileiras no país e no exterior; e representar o Ministério da Defesa e Forças Armadas em competições nacionais e internacionais. Nesse sentido, as Forças buscam proporcionar as melhores condições de treinamento, tempo e espaço para a dedicação total aos treinos.

A incorporação de atletas é realizada por alistamento, de forma voluntária. Para a seleção, são considerados os resultados em competições nacionais e internacionais. Assim, as medalhas já conquistadas durante o histórico profissional transformam-se em pontuação no processo seletivo para preenchimento das vagas. Após incorporados, os atletas militares possuem todos benefícios da carreira militar, além de usufruir das instalações esportivas militares adequadas ao treinamento, nos centros da Marinha (Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes – CEFAN), do Exército (Centro de Capacitação Física do Exército - CCFEx - e Complexo Esportivo de Deodoro) e da Aeronáutica (Universidade da Força Aérea – UNIFA), sendo apoiados por uma equipe multidisciplinar, para prover o suporte técnico e científico.

O PAAR mantém alinhamento esportivo com o Comitê Olímpico do Brasil (COB), com os clubes, com as federações e com as confederações a que os atletas pertencem. Ademais, apoia as equipes militares brasileiras nos eventos esportivos conduzidos pelo Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM).

Atualmente, o programa conta com 533 atletas, de 35 modalidades: atletismo, badminton, basquete, boxe, canoagem, ciclismo, escalada esportiva, esgrima, futebol, hipismo, judô, karatê, levantamento de peso olímpico, maratona, aquática, natação, pentatlo moderno, remo, saltos ornamentais, taekwondo, tiro com arco, tiro esportivo, triatlo, vela, vôlei de praia, voleibol e "Wrestling", apneia, basquete 3x3, futebol de praia, golfe, "jiu jitsu", "lifesaving", orientação, paraquedismo e pesca submarina.

Os processos seletivos ocorrem conforme editais divulgados pelas Forças Armadas.

Contatos

Site: www.defesa.gov.br

Programa João do Pulo

O Programa João do Pulo promove inclusão social e desenvolvimento humano por meio da prática esportiva voltada a pessoas com deficiência, com apoio das Forças Armadas.

A iniciativa busca ampliar o acesso ao esporte, à integração social e à qualidade de vida, especialmente para crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

Desde sua criação, o programa já impactou milhares de jovens em todo o país, fortalecendo valores como cidadania, disciplina, respeito e trabalho em equipe, além de colaborar com o desenvolvimento físico, psicológico e social dos participantes.

O Programa e Projeto são desenvolvidos por meio de adesão voluntária das Organizações Militares (OM) das Forças Armadas (FA), distribuídas em núcleos de 50 a 100 beneficiados, nos quais se aplica uma proposta pedagógica com vistas a possibilitar múltiplas vivências por meio da prática de atividades esportivas e físicas saudáveis, lúdicas, e de atividades socialmente inclusivas.

Os núcleos dos PROFESP/PJP têm suas atividades desenvolvidas no contraturno escolar, em espaços físicos específicos, podendo ser no ambiente de uma OM/FA ou em espaços comunitários (públicos ou privados), sempre sob a coordenação de uma Unidade Militar participante do Programa.

Público-alvo

- O PJP atende pessoas com deficiência a partir dos 6 anos de idade, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social, com o apoio das FA, abrangendo, também, os militares com deficiência e dependentes de militares que se encontrarem nessa mesma condição.

Contatos

Site: www.defesa.gov.br

E-mail: profesppjp.comsoc@defesa.gov.br

Projeto Rondon

O Projeto Rondon é uma ação interministerial de cunho político e estratégico do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa, destinada a contribuir com o desenvolvimento da cidadania nos estudantes universitários, empregando soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução de desigualdades regionais e visando ao fortalecimento da Soberania Nacional.

Em estreita parceria com os ministérios que compõem o Comitê de Orientação e Supervisão (COS) do Projeto Rondon torna-se uma ferramenta eficaz para fomentar o desenvolvimento sustentável e a capacitação da população dos municípios atendidos, com vistas a aproveitar as políticas públicas disponibilizadas pelos governos federal, estaduais e municipais.

No nível operacional, tem o imprescindível apoio das Forças Armadas, que proporcionam o suporte logístico e a segurança necessários às operações. Conta, ainda, com a participação de instituições de ensino superior (IES), de governos estaduais e de prefeituras municipais.

Público-alvo

- Municípios interessados em ações de desenvolvimento comunitário e capacitação local.

Contatos

Site: www.defesa.gov.br

E-mail: projeto.rondon@defesa.gov.br

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar é o instrumento essencial para a identificação das unidades familiares que acessam as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar e à geração de renda. Por meio do cadastro, as famílias agricultoras passam a ter acesso às políticas públicas e programas, como Pronaf, Garantia-Safra, Selo Quilombolas do Brasil, Selo Indígenas do Brasil, Seguro Defeso, Minha Casa Minha Vida Rural, Beneficiário Especial da Previdência Social, Auxílio Emergencial Financeiro, entre outros.

Público-alvo

- Agricultores familiares; Pescadores artesanais; Aquicultores; Silvicultores; Extrativistas; Assentados da reforma agrária; Indígenas; Integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e Demais comunidades tradicionais.

Quanto já foi investido?

- R\$ 1,8 milhão em 2023 e R\$ 2,1 milhões em 2024.

Quantos beneficiados?

- 3.388 famílias em 2022; 809.280 famílias em 2023; 1.285.178 famílias em 2024; 1.694.304 famílias em 2025; Total: 3.842.150 agricultores familiares cadastrados no CAF

Contatos

Telefone: (61) 3276-4533

Whatsapp (somente mensagens): (61) 9 9965-6115

E-mail: caf@mda.gov.br

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Programa de Equipagem, de Modernização da Infraestrutura e de Apoio ao Funcionamento dos Órgãos, das Entidades e das Instâncias Colegiadas Atuantes na Promoção e na Defesa dos Direitos Humanos (EquipaDH+)

O EquipaDH+ é um programa destinado à aquisição e doação de bens e equipamentos — como veículos, embarcações náuticas, computadores, mobiliário e eletrodoméstico, com o objetivo de fortalecer a infraestrutura e apoiar o funcionamento de órgãos e entidades públicas que atuam na promoção e defesa dos direitos humanos.

Público-alvo:

- Crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+, população em situação de rua, pessoas migrantes, refugiadas e apátridas, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

Quanto já foi investido?

- As primeiras doações do programa serão realizadas em 2026.

Contato

E-mail institucional: equipadh@mdh.gov.br

WhatsApp institucional (mensagens de texto): (61) 99217-0005



Plano Ruas Visíveis – Pelo direito ao futuro da população em situação de rua

O plano Ruas Visíveis busca assegurar direitos fundamentais e a cidadania da população em situação de rua no Brasil por meio de políticas intersetoriais integradas que articulam moradia, saúde, educação e assistência social. Através de apoio técnico e financeiro a estados e municípios, a iniciativa visa qualificar o atendimento e combater a violência institucional, promovendo ações que vão desde a dignidade menstrual até a geração de renda. O objetivo central é superar medidas paliativas com uma resposta estruturada e humanizada, focada na reconstrução de projetos de vida e na garantia de inclusão social plena.

Público-alvo:

- Prefeituras buscam suporte a população em situação de rua.

Contatos

Site: www.gov.br/mdh

E-mail: ddpr@mdh.gov.br

Telefone: (61) 2027-3842

Novo Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

O Novo Viver sem Limite é um programa que vai articular e potencializar iniciativas que visem garantir mais dignidade às pessoas com deficiência, suas famílias e comunidades em todo território nacional.

Público-alvo:

- Prefeituras que queiram aderir o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Contatos

Site: www.novoviversem limite.mdh.gov.br

E-mail: novoviversem limite@mdh.gov.br

Telefone: (61) 2027-3221.

Programa Envelhecer nos Territórios

O Programa Envelhecer nos Territórios (2023) promove o envelhecimento digno ao formar agentes locais para identificar violações de direitos e articular políticas de proteção em municípios vulneráveis. Com foco na autonomia e cidadania, a iniciativa utiliza dados territoriais para fortalecer a rede de assistência, prevendo expansão nacional até 2026 para garantir o suporte permanente à pessoa idosa em suas comunidades.

Público-alvo:

- Prefeituras que queiram promover o envelhecimento digno..

Investimento:

- Mais de R\$ 2 milhões em 2025. Atualmente, são beneficiadas quase 68 mil pessoas idosas em 14 estados e 43 municípios.

Contatos

Site: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/programa-envelhecer-nos-territorios>

E-mail: envelhecer.territorios@mdh.gov.br

Telefone: (61) 2027-3722

Equipagem dos Centros de Atendimento Integrado

Este programa de equipagem visa realizar convênios com estados e/ou municípios para fornecer mobiliário, equipamentos e utensílios essenciais para garantir a prestação de um atendimento adequado, seguro e humanizado a partir da estruturação dos Centros de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência, com base na Lei 13.431/2017.

Público-alvo:

- Prefeituras que queiram proteger Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência.

Contatos

E-mail: cgev@mdhc.gov.br

Telefone: 61 2027 – 3285 / 3597

Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

A **Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**, coordenada pelo MDHC, integra governo e sociedade para promover a cidadania plena e combater a LGBTQIAfobia. Pautada pela dignidade e transversalidade, a iniciativa articula uma rede de proteção e órgãos gestores para garantir direitos civis e sociais por meio de políticas públicas estruturadas e humanizadas.

Público-alvo:

- O Público-alvo da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ são os entes federativos, órgãos públicos, conselhos, equipamentos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa e empresas estatais e privadas.

Contatos

Site: <https://lgbtqia.mdh.gov.br/politica-nacional-lgbtqia/>

E-mail: politica.lgbtqia@mdh.gov.br

Telefone: (61) 2027-3339 / (61) 2027-3245

Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Acesso à Documentação Básica

Programa para assegurar que todas as crianças tenham certidão de nascimento e daí em diante todos os documentos de que precisa para exercer sua cidadania.

Público-alvo:

- Todos os estados e municípios da federação.

Contatos:

Site: www.gov.br/mdh

E-mail: rcn_cidadania@mdh.gov.br



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SENARC – MDS Subsídios à Marcha dos Vereadores | ABR/26

Programa Bolsa Família (PBF)

É o maior programa de transferência de renda da história do Brasil, garante uma renda básica a famílias em situação de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, fortalece o acesso a direitos básicos como saúde, educação e assistência social.

Público-alvo:

- Famílias com renda por pessoa de no máximo R\$ 218 por mês.
- Famílias indígenas, quilombolas, com crianças resgatadas do trabalho infantil ou pessoas resgatadas de trabalho análogo à escravidão, catadores de material reciclável, pessoas em situação de rua, em risco social por violação de direitos ou em insegurança alimentar.

Quanto já foi investido de 2023 a 2025:

- Cerca de 460 bilhões foram pagos pelo Governo Federal entre os anos de 2023 a 2025, fortalecendo as economias locais e garantindo proteção social de cerca de 20,5 milhões de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família.

Resultados/Impactos:

Desde 2023, o governo investiu cerca de R\$ 460 bilhões no Bolsa Família, beneficiando majoritariamente famílias chefiadas por mulheres (84%) e pessoas pretas ou pardas (73%), além de grupos específicos como quilombolas, indígenas e pessoas em situação de rua. O suporte estendeu-se ao Auxílio Gás, com quase R\$ 10 bilhões investidos, e a ações emergenciais de proteção adaptativa em mais de 1,5 mil municípios atingidos por desastres.

O impacto social em 2025 reflete o menor nível de pobreza desde 2012 e o alcance de metas históricas em educação (86,4%) e saúde (81,4%). Com foco na Primeira Infância e na juventude, foram destinados R\$ 102 bilhões em benefícios adicionais. Além disso, a Regra de Proteção amparou 2,6 milhões de famílias, garantindo a transição gradual para a autonomia financeira sem a perda imediata do auxílio.

Contatos

- Site com mais informações: www.gov.br/mds.
No menu Ações e Programas escolha Bolsa Família.
- Email: gabinete@senarc.mds.gov.br
- Telefone: (61) 2030-3618 / (61) 2030-3479

Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

O SUAS garante proteção social a indivíduos e famílias em vulnerabilidade por meio de serviços e benefícios. Ele se divide em Proteção Social Básica, focada na prevenção de riscos e realizada nos CRAS, e Proteção Social Especial, voltada a pessoas com direitos já violados (como abandono ou abusos), executada nos CREAS. Além de gerir benefícios como o BPC, o sistema também atua no abrigamento e interiorização de migrantes e refugiados.

Público-alvo:

- Estados e municípios.

Quanto já foi investido:

- Entre 2023 e 2025, o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) repassou **R\$ 13,672 bilhões** a estados e municípios. Desse total, R\$ 7,318 bilhões financiaram serviços de proteção social e programas como Criança Feliz e PETI; R\$ 2,458 bilhões foram destinados à gestão do Bolsa Família e Cadastro Único (IGD); e R\$ 3,896 bilhões, provenientes de emendas parlamentares, foram aplicados na estruturação da rede física do SUAS.

Quantos beneficiados:

- Todos os municípios brasileiros estão no SUAS.

Contatos

- Site: www.gov.br/mds, no menu, escolha Ações e Programas e clique em Cadastro Único.
- E-mail: gabinete.sagicad@mds.gov.br
- Telefone: (61) 2030-1501 | (61) 2030-1537

Programa Acredita no Primeiro Passo

Instituído pela Lei nº 14.995/2024, o programa **Acredita no Primeiro Passo** promove a inclusão socioeconômica da população em situação de pobreza e vulnerabilidade. Alinhado à Agenda do Trabalho Decente da OIT, a iniciativa busca superar a exclusão econômica e desigualdades estruturais de gênero e raça, garantindo acesso a direitos, serviços públicos e ao fomento de emprego e renda para a construção de condições dignas de trabalho.

Público-alvo

- Podem participar pessoas acima de 16 que tenham seus dados atualizados no CadÚnico. O programa dá atenção especial a mulheres, jovens, pessoas com deficiência, comunidades negras e populações tradicionais, como ribeirinhos, indígenas e quilombolas. As mulheres deverão obrigatoriamente ocupar, no mínimo, 50% das vagas disponibilizadas.

Quanto já foi investido

O programa dispõe de recursos orçamentários na ordem de R\$ 50 milhões/ano, da execução de emendas parlamentares (Ação 20GG) e de orçamento extraorçamentário, através de oportunidades de emprego, qualificação e acesso ao microcrédito disponibilizados gratuitamente pelos parceiros do Programa.

Quantos beneficiados:

O programa disponibilizou 2 milhões de vagas em cursos profissionalizantes, 600 mil oportunidades de emprego e destinou R\$ 2,526 bilhões em microcrédito para 290 mil operações com inscritos no CadÚnico. Com atuação em todo o território nacional via parcerias públicas e privadas, a iniciativa promoveu elevação de renda, redução da pobreza e maior autonomia socioeconômica nas regiões atendidas.

Contatos

- Canais de atendimento ao gestor Municipal (email e telefone)
- gabinete.sisec@mds.gov.br
- (61) 2030-1482

SAGICAD e Cadastro Único

Sobre a SAGICAD

A Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD) é responsável pela gestão federal do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), além da avaliação, monitoramento e gestão da informação das ações e políticas sociais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Cadastro Único

O Cadastro Único é um registro público eletrônico que coleta, processa, sistematiza e dissemina informações sobre famílias de baixa renda residentes no Brasil, possibilitando sua inclusão social por meio da oferta de políticas públicas.

Atualmente, o Cadastro Único funciona como porta de entrada para cerca de 40 programas sociais, entre eles: programa Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada (BPC); Tarifa Social de Energia Elétrica; Auxílio Gás; Minha Casa, Minha Vida; Pé-de-Meia; Programa Dignidade Menstrual; Entre outros.

Importância do Cadastro Único

O Cadastro Único permite que o Governo Federal, estados, Distrito Federal e municípios conheçam melhor a realidade socioeconômica da população brasileira.

Entre as informações registradas estão:

- Características do domicílio e da família;
- Identificação de cada integrante;
- Escolaridade;
- Situação de trabalho e renda;
- Deficiência;
- Outras informações socioeconômicas relevantes.

Quantos beneficiados

O Cadastro Único é um instrumento dinâmico e permanente, permitindo que as famílias realizem cadastro e atualização de informações sempre que necessário. Segundo dados de outubro de 2024:

- Mais de **40,7 milhões de famílias** estão inseridas na base;
- Totalizando mais de **94 milhões de pessoas**;
- Aproximadamente **80,32%** dos cadastros encontram-se atualizados nos últimos 24 meses.

Contatos

- <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>
- <https://moodle.cidadania.gov.br/ead/>

Programa Gás do Povo

O Programa Gás do Povo amplia o acesso ao gás de cozinha no Brasil, por meio da concessão de gratuidade na recarga do botijão de gás de 13kg, em revendas credenciadas no Programa em todo o território nacional.

O programa integra políticas públicas para fortalecer o acesso das famílias a direitos básicos, como saúde, segurança alimentar e redução da pobreza energética, diminuindo o uso de combustíveis prejudiciais como a lenha e melhorando a qualidade de vida, especialmente de mulheres e crianças, que são as mais expostas aos riscos da poluição domiciliar e acidentes. Assim, o Gás do Povo amplia a proteção social nos municípios, fortalece a rede socioassistencial e contribui para a autonomia das famílias beneficiárias.

Público-alvo:

- Famílias inscritas no Cadastro Único com renda familiar mensal de até meio salário-mínimo por pessoa, responsável familiar com CPF regularizado e dados cadastrais atualizados nos últimos 2 anos. Priorizam-se as famílias do PBF e a partir de 2 membros

Investimento entre 2023 e 2025:

- O programa foi criado em novembro de 2025
- Total até abril/2026: R\$ 1.627.891.356,80 (R\$1,6 bilhão)

Quantos beneficiandos:

- Criado em novembro de 2025, o **Gás do Povo** triplicou o número de beneficiários até março de 2026. O programa instituiu a gratuidade total, com foco na equidade, ampliação da rede de revendas e regionalização dos preços do gás de cozinha.

Contatos:

- <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/gas-do-povo>
- Canais de atendimento - https://www.gov.br/mds/pt-br/canais_atendimento/disque-social-121
Ouvidoria - Plataforma Fala.BR: <https://falabr.cgu.gov.br/v2/>
- Consulta de beneficiários e revendas: <https://gasdopovo.mds.gov.br/>

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Bolsa Atleta

É uma iniciativa do Governo Federal que oferece apoio financeiro direto a atletas brasileiros de todos os estados, em plena atividade competitiva, desde as categorias de base até o alto rendimento. Seu objetivo é proporcionar condições para que os atletas se dediquem às atividades esportivas, promovendo o desenvolvimento do esporte no Brasil e o desempenho em competições nacionais e internacionais.

Público-alvo:

- O programa contempla atletas de modalidades olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas, a partir de 14 anos de idade, concedendo bolsas em diferentes categorias

Quanto já foi investido

- Aproximadamente R\$ 487,5 milhões de reais de 2023 a 2025.
- A transferência dos recursos é realizada diretamente ao atleta, sem intermediários, o que reforça a transparência, a eficiência e a segurança na execução do programa.

Quantos beneficiados

- Entre 2023 e 2025, o Bolsa Atleta expandiu seu alcance no esporte de alto rendimento, registrando um crescimento de 18% no número de beneficiários. O quantitativo anual foi de 8.129 bolsistas em 2023, 8.845 em 2024 e 9.602 em 2025.

Contatos:

- sne@esporte.gov.br
- 61 3020-7729

Revelar Talentos

O programa fomenta a preparação de jovens atletas de base através de núcleos de treinamento, capacitação técnica e inovação. Seu objetivo é interiorizar a excelência esportiva e reduzir desigualdades regionais, garantindo igualdade de oportunidades e ampliação do acesso à infraestrutura e formação em todo o país.

Público-alvo:

- Atletas de base até 21 anos de idade; Equipe técnica multidisciplinar; Gestores (locais e institucionais); e Pesquisadores.

Quanto já foi investido

- R\$ 16,6 milhões investidos

Quantos beneficiados

- Desde 2024, foram formalizadas 29 parcerias com organizações públicas e privadas para estruturar 40 núcleos de treinamento e realizar 5 competições. A iniciativa abrange as cinco regiões do país e atende 1,5 mil atletas de base em diversas modalidades esportivas.

Contatos:

- sne@esporte.gov.br
- 61 3020-7729

Lei de Incentivo ao Esporte

A Lei Complementar nº 222, de 26 de novembro de 2025, Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), como é mais conhecida, permite que recursos provenientes de renúncia fiscal sejam aplicados em projetos dos diversos níveis da prática esportivas e paraesportivas, distribuídos por todo o território nacional.

Público-alvo:

Atendem crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoas com deficiência e idosos. Mais do que um instrumento jurídico, trata-se de uma inovação e um avanço na consolidação do paradigma do esporte como um meio de inclusão social.

Quanto já foi investido

- Mais de R\$ 3,5 bilhões de reais foram aportados em diferentes projetos autorizados a captar recurso.

Quantos beneficiados

- São mais de 18.180 projetos foram apresentados, por mais de 6 mil entidades proponentes diferentes.

Contatos:

- se.esporte@esporte.gov.br
- 61 3020-7310

TEAtivo

Implantação de núcleos de práticas esportivas, corporais e de lazer especializados, voltados para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). O núcleo de paradesporto do TEAtivo pode ser estabelecido em escolas ou em espaços comunitários (públicos ou privados).

Público-alvo:

- Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, a partir dos 6 anos de idade.

Quanto já foi investido

- R\$ 12,8 milhões de 2023 a 2025.

Quantos beneficiados

- Mais de 3 mil crianças atendidas de 2023 a 2025.

Contatos:

- E-mail: snpar@esporte.gov.br
- Telefone: 61 3020-7426.

Maré Inclusiva

Oferece atividades de surf adaptadas, com aulas gratuitas e acessíveis, permitindo que pessoas com deficiência, de diversas categorias e graus de habilidade participem da modalidade esportiva.

Público-alvo:

- Pessoas com deficiência, a partir dos 6 anos de idade.

Quanto já foi investido

- R\$ 352.800 em 2025.

Quantos beneficiados

- 40 pessoas com deficiência.

Contatos:

- Paradesporto. E-mail: snpar@esporte.gov.br
- Telefone: 61 3020-7426.

Semear

Promove a inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte. Núcleos de Atendimento oferecem atividades paradesportivas gratuitas e investem na formação de profissionais qualificados para atuar no setor.

Público-alvo:

- Pessoas com deficiência, a partir dos 6 anos de idade.

Quanto já foi investido:

- R\$ 2 milhões de 2023 a 2025.

Quantos beneficiados:

- 630 pessoas com deficiência, de 2023 a 2025.

Contatos:

- E-mail: snpar@esporte.gov.br
- Telefone: 61 3020-7426.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA)

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) visa garantir a alfabetização das crianças brasileiras, por meio da conjugação dos esforços da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Esse direito é um elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas. São objetivos do programa: garantir que, no mínimo, 80% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental, conforme o Objetivo 3 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Público-alvo:

- Redes de ensino municipais, estaduais e distrital na etapa da pré-escola (4 e 5 anos) e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Quanto já foi investido:

- R\$ 1,5 bilhão investido entre 2023 e 2025.

Quantos beneficiados:

- Todos os estudantes na etapa da pré-escola (4 e 5 anos) e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Contatos

- Site: www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada
- E-mail: alfabetizacao@mec.gov.br
- Telefone: (61) 2022-8998/9195

Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec)

A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec) tem como objetivo apoiar as redes de ensino a implementarem uma educação digital crítica e a universalizar a conectividade para fins pedagógicos em todas as suas escolas.

Público-alvo:

- Todas as redes de ensino.

Quanto já foi investido:

- Mais de R\$ 4,16 bilhões até março de 2026.
- O investimento total previsto para o programa é de R\$ 8,8 bilhões até 2027.

Quanto beneficiados:

- Mais de 99 mil escolas públicas conectadas, beneficiando 24 milhões de estudantes.

Contatos:

- Site: www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas
- E-mail: enec@mec.gov.br
- Telefone: (61) 2022-9490

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

Os recursos oriundos do Fundeb são destinados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública.

Público-alvo:

- Todos os municípios.

Quanto já foi investido:

- Em 2023, a Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade aumentou o valor mínimo por matrícula de educação indígena, com o objetivo de qualificar a oferta da educação escolar indígena, quilombola e do campo. O fator de ponderação saiu de 1,2 (R\$ 6,38 mil) para 1,4 (R\$ 7,51 mil), garantindo o acréscimo de R\$ 1,08 mil para cada matrícula indígena por ano.

Quantos beneficiados:

- Não se aplica.

Contatos:

- Site: www.gov.br/fnde, no menu, escolha "Acesso à Informação", depois "Ações e Programas, Financiamento" e clique em "Fundeb".
- E-mail: dpaeja@mec.gov.br; dipecea@mec.gov.br; dipepi@mec.gov.br; diperq@mec.gov.br; dipeei@mec.gov.br
- Telefone: (61) 2022-9337 / (61) 2022-9068 / (61) 2022-7661 / (61) 2022-9049 / (61) 2022-9591

Caminho da Escola

O programa Caminho da Escola tem como objetivo renovar e padronizar a frota de transporte escolar por meio da aquisição de veículos adequados. A iniciativa possibilita a compra de ônibus, bicicletas e outros meios de transporte, visando ao atendimento de estudantes de todo o país. Com ampliação de investimentos e atualização dos padrões técnicos dos veículos, o programa visa garantir conforto, segurança e acessibilidade.

Público-alvo:

- Estudantes residentes, preferencialmente, em áreas rurais e ribeirinhas.

Quanto já foi investido:

- R\$ 1,28 bilhão entre 2023 e 2026.

Quantos beneficiados:

- 12,9 mil ônibus escolares entregues desde 2023, beneficiando 570 mil estudantes.

Contatos:

- Site: www.gov.br/fnde, escolha "Acesso à Informação", depois "Ações e Programas, Programas" e clique em "Caminho da Escola".
- E-mail: caminhodaescola@fnde.gov.br
- Telefone: (61) 2022-5558

Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (Pacto EJA)

Tem como objetivos superar o analfabetismo; elevar a escolaridade; ampliar a oferta de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) nos sistemas públicos de ensino, inclusive entre os estudantes privados de liberdade; e aumentar a oferta da EJA integrada à educação profissional.

Público-alvo:

- Jovens, adultos e idosos.

Quanto já foi investido:

- Com um investimento total superior a R\$ 480 milhões, as iniciativas de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA) priorizam a erradicação do analfabetismo e o incentivo à permanência escolar. Os recursos foram distribuídos entre o Programa Brasil Alfabetizado (R\$ 190,2 milhões), o Projovem (R\$ 95 milhões) e o Pé-de-Meia EJA (R\$ 81,7 milhões), além de custear a governança do Pacto, o PDDE-EJA e a formação de professores. Para otimizar a gestão, o sistema CadEJA mapeia a oferta e demanda de matrículas em todo o território nacional.

Quantos beneficiados:

A mobilização nacional para a alfabetização e a EJA alcançou todos os 5.570 municípios brasileiros, beneficiando mais de 206 mil alfabetizando na educação popular e garantindo 161.115 matrículas no programa Pé-de-Meia EJA. Com o apoio de 2 mil agentes de governança e a formação de 1.300 especialistas para capacitar cerca de 242 mil professores, a iniciativa também fortaleceu a rede física ao beneficiar 201 mil estudantes via PDDE EJA e preparar mais de 20 mil escolas para o ciclo de 2026.

Contatos:

- **Site:** cadeja.mec.gov.br
- **E-mail:** cadeja@mec.gov.br

Cadastro da EJA (CadEJA)

O Cadastro da EJA (CadEJA) é uma plataforma do governo federal com informações sobre a oferta e demanda por matrículas de educação de jovens e adultos (EJA) em todo o território nacional. Qualquer cidadão brasileiro pode registrar sua demanda para voltar a estudar, de maneira prática e acessível, facilitando o processo de matrícula que será efetivado posteriormente pelas redes públicas.

A ferramenta possibilita ao gestor identificar e mobilizar demandas por EJA em matrícula efetiva, operando como elo entre dados, articulação territorial e acesso à política educacional.

Público-alvo:

- Secretários(as) e dirigentes municipais e estaduais de educação; técnicos(as) e servidores(as) das redes públicas designados(as) como operadores(as) e agentes de cadastro; e qualquer cidadão com 15 anos ou mais que deseje retomar os estudos.

Quanto já foi investido:

- R\$ 941,4 mil.

Contatos:

- **Site:** cadeja.mec.gov.br
- **E-mail:** cadeja@mec.gov.br

Novo Plano de Ações Articuladas (Novo PAR)

O 5º Ciclo do Plano de Ações Articuladas (Novo PAR) foi lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em fevereiro de 2025 durante o Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas. 100% dos estados e 99,93% dos municípios aderiram e finalizaram seu planejamento executivo. O Novo PAR é um instrumento de fortalecimento da gestão educacional e é com base nele que o MEC e o FNDE prestam assistência técnica e financeira aos entes federados.

Público-alvo:

- Todas as prefeituras do Brasil e secretarias estaduais de educação.

Quanto já foi investido:

- Historicamente, desde seu surgimento, o PAR já aportou mais de R\$ 71,7 bilhões em assistência financeira do MEC aos entes federados.

Quantos beneficiados:

- Não se aplica.

Contatos

- **Site:** www.gov.br/mec/pt-br/novo-par
- **E-mail:** novopar@mec.gov.br
- **Telefone:** (61) 2022-2794 (AC, GO, MA, RS e SC)
- (61) 2022-8332 (AL, CE, DF, MS, RJ E RO)
- (61) 2022-8929 (AP, BA, ES, RR e SP)
- (61) 2022-2049 (MG, PB, PR, PI e TO)

Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novos Estabelecimentos e Novas Turmas

Consiste na transferência de recursos financeiros para apoiar a expansão da oferta e o regular funcionamento das novas matrículas, sejam em novos estabelecimentos, sejam em novas turmas de educação infantil, até que estas sejam computadas para recebimento de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Público-alvo:

- Secretarias de educação de municípios e do Distrito Federal.

Quanto já foi investido:

- R\$ 519,1 milhões em 2023 e 2024. Em 2025, foram investidos R\$ 277,8 milhões.

Quantos beneficiados:

Matrículas ampliadas na educação infantil:

- 2023 – 60.102 novas matrículas
- 2024 – 48.340 novas matrículas
- 2025 – 51.814 novas matrículas

Contatos:

- **Site:** <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnei/programa-de-apoio-a-manutencao-da-educacao-infantil>
- **E-mail:** eimanutencao@mec.gov.br
- **Telefone:** (61) 2022-8441

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Equidade

O Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade (PDDE Equidade) é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Regulamentado pela resolução FNDE nº 17, de 15 de agosto de 2024, o programa destina recursos financeiros, em caráter suplementar, às escolas públicas de Educação Básica que atendem a populações historicamente excluídas.

Seu objetivo é fortalecer a equidade educacional nas redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, promovendo a melhoria das condições de oferta, da infraestrutura e da qualidade do ensino em contextos de maior vulnerabilidade social e educacional.

Ele é composto por:

- Programa Sala de Recursos Multifuncionais (PDDE SRM);
- PDDE Água, Esgotamento Sanitário e Infraestrutura nas Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas (PDDE Água e Campo);
- Programa PDDE Diversidades (educação especial, educação bilíngue de surdos, educação de jovens e adultos, educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação para as relações étnico-raciais, escolas sustentáveis, educação para as juventudes, e educação em direitos humanos).

Público-alvo:

- Escolas da educação básica.

Quanto já foi investido:

R\$ 1,1 bilhão efetivamente pago entre 2023 e 2026, sendo:

- R\$ 408,2 mi do PDDE Água e Campo;
- R\$ 658,9 mi do PDDE SRM;
- R\$ 70,4 mi do PDDE Diversidades, executados entre 2025 e 2026, especificamente.

Quantos beneficiados:

- 47.056 escolas efetivamente receberam recursos do PDDE Equidade entre 2023 e 2026, sendo:
- 15.618 com recursos efetivamente recebidos do PDDE Diversidades ERER/EEQ em 2025.

Contatos:

- **Site:** <https://www.gov.br/mec/pt-br/pdde/pdde-equidade>
- **E-mail:** pddeequidade@mec.gov.br (atendimento prioritário por e-mail).

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destina, anualmente, recursos financeiros em caráter suplementar a fim de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias das escolas, tais como:

- a garantia do funcionamento desses estabelecimentos;
- a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica;
- o incentivo à autogestão escolar e ao exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social.

Público-alvo:

- Escolas públicas estaduais, municipais e distritais de educação básica; escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público.

Quanto já foi investido:

- R\$ 2,1 bilhões em 2025.

Quantos beneficiados:

- 138.794 escolas.

Contatos:

- **Site:** <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde>
- **E-mail:** pdde@fnde.gov.br; cgge-seb@mec.gov.br; secadigab@mec.gov.br
- **Telefone:** 0800 616161

Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)

Criado em 1937, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é a política pública educacional mais antiga do Brasil e beneficia milhões de estudantes por meio da disponibilização e distribuição gratuita de livros didáticos, pedagógicos e literários para escolas públicas de todo o país. Em 2024, o PNLD ampliou sua atuação para atender também bibliotecas públicas e comunitárias, alcançando um público ainda mais amplo e estimulando o interesse pela leitura.

Público-alvo:

- Estudantes e professores da educação básica.

Quanto já foi investido:

- R\$ 2,6 bilhões em 2025, para uso no ano letivo de 2026.

Quantos beneficiados:

- 30.744.371 estudantes em 105.744 escolas.

Avanços (2023-2026)

- Bibliotecas públicas e comunitárias entram para o programa;
- R\$ 24,5 milhões investidos;
- 4,1 milhões de livros distribuídos;
- 4 mil bibliotecas alcançadas.
- PNLD-EJA: Retomada de distribuição de livros para educação de jovens e adultos após dez anos

Contatos:

- **Site:** www.fnnde.gov.br
- **E-mail:** livrodidatico@fnnde.gov.br
- **Telefone:** (61) 2022-5514

Programa Escola em Tempo Integral

Apoia a criação de matrículas em tempo integral (igual ou superior a 7h diárias ou 35h semanais) em todas as etapas e modalidades da educação básica. O programa possui seis eixos de assistência técnica para fomentar a expansão das matrículas em tempo integral com qualidade e equidade.

Exemplos de ações oferecidas: formação continuada sobre educação integral em tempo integral, materiais orientadores sobre intersectorialidade, planejamento da expansão e monitoramento, financiamento de arte e cultura nas escolas, mapeamento de experiências inspiradoras e promoção de rede de trocas entre os entes.

Público-alvo:

- Redes de ensino municipais, estaduais e distrital em todas as etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Quanto já foi investido:

- R\$ 7,2 bilhões investidos desde 2023.

Quantos beneficiados:

- 965 mil estudantes da educação básica no ciclo 2023-2024.
- 668 mil estudantes da educação básica no ciclo 2024-2025.

Requisitos:

- Todas as redes de ensino (municipais, estaduais e distrital) que tenham interesse em ampliar o número de matrículas da educação básica em tempo integral podem participar do programa e acessar as ações de assistência técnica.

Contatos

- Site: www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral
- E-mail: escolaemtempointegral@mec.gov.br
- Telefone: (61) 9404-3708 (WhatsApp funcional do setor)

Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq)

A Pneerq busca implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais na educação brasileira e à promoção da política educacional para a população quilombola.

Público-alvo:

- Secretarias estaduais e municipais de educação.

Quanto já foi investido:

- Cerca de R\$ 2 bilhões para alcançar os 5,57 mil municípios e as 26 unidades da Federação e o Distrito Federal até 2026.
- 100% de adesão das redes estaduais e 97,5% das redes municipais brasileiras.

Quantos beneficiados:

- 135,2 mil escolas beneficiadas, sendo 2,7 mil quilombolas.

Contatos:

- Site: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>
- E-mail: pneerq@mec.gov.br
- Telefone: (61) 2022-9049

Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)

Tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Público-alvo:

- Todos os estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal.

Quanto já foi investido:

- R\$ 6,7 bilhões investidos em alimentação escolar em 2026.

Quantos beneficiados:

- 39 milhões de estudantes beneficiados todos os dias, com 50 milhões de refeições diárias.

Contatos:

- **Site:** www.gov.br/fnde, no menu, escolha "Acesso à Informação", depois "Ações e Programas, Programas" e clique em "Pnae".
- **E-mail:** cosan@fnde.gov.br; cgpae@fnde.gov.br
- **Telefone:** (61) 2022-5665

Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate)

Consiste na transferência automática de recursos para manutenção de veículos e embarcações, contratação de serviços terceirizados de transporte escolar, aquisição de combustíveis e lubrificantes, bem como para despesas com seguros, licenciamento, impostos, taxas, pneus, câmaras de ar e serviços mecânicos, elétricos e de funilaria utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública.

Público-alvo:

- Alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais que utilizam transporte escolar.

Quanto já foi investido:

- R\$ 2,5 bilhões investidos desde 2023;
- 30% de reajustes acumulados 2023-2026;
- 50% adicional para transporte escolar aquaviário desde 2024.

Quantos beneficiados:

- 4,4 milhões de estudantes beneficiados por ano.

Contatos:

- **Site:** www.gov.br/fnde, no menu, escolha "Acesso à Informação", depois "Ações e Programas" e clique em PNATE.
- **E-mail:** pnate@fnde.gov.br
- **Telefone:** (61) 2022-5560

Programa Escola das Adolescências

Estratégia do governo federal de apoio técnico-pedagógico e financeiro, às redes públicas de ensino, voltada aos anos finais do ensino fundamental. O programa contempla produção e disseminação de transferência de recursos para escolas prioritizadas, com base em critérios de equidade, incluindo aspectos socioeconômicos e étnico-raciais.

Público-alvo:

- Estudantes adolescentes.

Quanto já foi investido:

- R\$ 154 milhões desde 2024.

Quantos beneficiados:

- 4.937 redes de ensino;
- 36.780 escolas atendidas;
- 2,3 milhões de estudantes participantes das escutas das adolescências nas escolas.

Contatos:

- **Site:** www.gov.br/mec/pt-br/escola-das-adolescencias
- **E-mail:** cogef-seb@mec.gov.br; adolescencias@mec.gov.br
- **Telefone:** (61) 2022-8439

Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (Conaquei)

O Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (Conaquei) foi instituído pela Portaria nº 501, de 7 de julho de 2025, com o objetivo de apoiar estados, municípios e o Distrito Federal na universalização da pré-escola e na expansão do atendimento em creches, promovendo qualidade e equidade na educação infantil.

O Conaquei está fundamentado nas Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil ([Resolução CEB/CNE nº 1/2024](#)) e nos [Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil](#). Esses referenciais orientam a implementação de políticas que promovam o desenvolvimento integral das crianças, respeitando as diversidades regionais, socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero.

Trata-se de um compromisso que incentiva estados, municípios e o Distrito Federal a diagnosticarem suas condições locais, elaborarem planos plurianuais e participarem de ações colaborativas para a melhoria da educação infantil. O Conaquei está estruturado em cinco eixos estratégicos:

- 1. Gestão Democrática:** Foco na governança interfederativa e articulação territorial para coordenação e execução das ações previstas.
- 2. Identidade e Formação Profissional:** Valorização e qualificação dos profissionais da educação infantil por meio de programas de formação inicial e continuada.
- 3. Proposta Pedagógica:** Promoção de práticas pedagógicas baseadas nas diretrizes curriculares nacionais e disseminação de boas práticas educacionais.
- 4. Avaliação da Educação Infantil:** Implementação de estratégias de monitoramento e avaliação da qualidade e equidade da oferta da educação infantil.
- 5. Infraestrutura, Edificações e Materiais:** Realização de diagnósticos e apoio para melhorias nas condições físicas e pedagógicas das instituições de educação infantil.

A participação dos municípios, estados e Distrito Federal é voluntária, a partir de incentivos do governo federal.

Público-alvo:

- Estados, municípios e Distrito Federal.

Quantos beneficiados:

- 3.860 entes federados aderiram ao programa.

Contatos:

- **Site:** www.gov.br/mec/pt-br/conaquei (site em construção)
- **E-mail:** conaquei@mec.gov.br
- **Telefone:** (61) 2022-8441



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Mais Ciência na Escola

O programa Mais Ciência na Escola promove a educação científica por meio de laboratórios “mão na massa” (MAKER) na educação básica. Esses espaços fortalecem o letramento digital e a alfabetização científica, estimulando o interesse por carreiras científicas e tecnológicas. Os laboratórios funcionam entre escolas e instituições de ciência e inovação, prevendo bolsas para professores e estudantes e o uso de metodologias ativas baseadas em investigação e experimentação. O programa inclui clubes de ciência, oficinas STEAM e formação continuada de professores, ampliando o impacto educacional e o desenvolvimento local.

Público-alvo:

- Estudantes e professores da educação básica da rede pública de ensino, especialmente focando no Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Quanto já foi investido?

- R\$ 200 milhões (2023 a 2026).

Quantos beneficiados?

- 2.000 (duas mil) escolas.

Contatos

- O Município precisa acompanhar os sites do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (<https://www.gov.br/cnpq/pt-br>) ou da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (<https://www.finep.gov.br/>), aos quais constarão as informações de prazos, documentos e regras para cadastro das propostas.

POP Ciência

O Programa Nacional de Popularização da Ciência – Pop Ciência oferece aos gestores locais a oportunidade de transformar suas cidades por meio da ciência, tecnologia e inovação. A iniciativa apoia ações como olimpíadas científicas, feiras de ciência, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, viradas da ciência, além da criação de planetários e museus. O projeto é voltado a populações urbanas, rurais e comunidades tradicionais, com foco na inclusão produtiva, digital e no fortalecimento da cultura científica, especialmente entre públicos vulneráveis. Ao implementar essas ações, o gestor amplia o acesso ao conhecimento e impulsiona o desenvolvimento local.

Público-alvo:

- Populações urbanas, rurais e comunidades tradicionais, de todas as faixas etárias, em especial junto a perfis em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica com vista à inclusão produtiva.

Quanto já foi investido?

- R\$ 740 milhões (2023 a 2026)

Quantos beneficiados?

- Mais de 26 milhões de pessoas entre os anos de 2023 a 2026.

Contatos

- O Município precisa acompanhar os sites do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (<https://www.gov.br/cnpq/pt-br>) ou da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (<https://www.finep.gov.br/>), aos quais constarão as informações de prazos e regras para cadastro das propostas.

Ambientes Inovadores

O programa Ambientes Inovadores e Empreendedorismo apoia iniciativas que fortalecem a inovação nos territórios. Para gestores locais, é uma oportunidade de estruturar e impulsionar ecossistemas inovadores, com a criação e o fortalecimento de parques tecnológicos, centros de inovação, incubadoras, aceleradoras, espaços colaborativos e salas de empreendedorismo. A iniciativa também estimula a cooperação entre universidades e empresas, a geração de novos negócios e o apoio a startups de base tecnológica, contribuindo para dinamizar a economia local, gerar empregos qualificados e promover o desenvolvimento sustentável.

Público-alvo:

- Empreendedores, estudantes universitários, startups, empresas de base tecnológica, pesquisadores e freelancers.

Quanto já foi investido?

- R\$ 656 milhões (2023 a 2026).

Quantos beneficiados?

- 57 (cinquenta e sete) parques tecnológicos em todo o país, abrigando 2.706 empresas e organizações.

Contatos

- O Município precisa acompanhar os sites do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (<https://www.gov.br/cnpq/pt-br>) ou da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (<https://www.finep.gov.br/>), aos quais constarão as informações de prazos e regras para cadastro das propostas.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Proteção e Defesa Civil

Socorro, Assistência Humanitária, Restabelecimento e Reconstrução

A Defesa Civil Nacional envia recursos para as prefeituras cujos municípios sejam assolados por desastres — sejam eles causados por chuvas, incêndios, estiagens, deslizamentos de terra, ruptura de barragens.

Como solicitar recursos para socorro, assistência, restabelecimento e reconstrução?

Municípios que estejam em situação de emergência ou de estado de calamidade pública podem solicitar ao MIDR recursos e apoio para ações de defesa civil. A solicitação pelos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública deve ser feita por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres — S2ID.

Com base nas informações enviadas nos planos de trabalho, a equipe técnica da Defesa Civil Nacional avalia as metas e os valores solicitados. Com a aprovação, é publicada portaria no DOU com o valor a ser liberado.

Público-alvo

- Todos os municípios nacionais.

Contatos

- Site: www.gov.br/mdr, no menu, escolha a aba Assuntos e clique em Proteção e Defesa Civil.
- E-mail: sedec@mdr.gov.br
- Telefone: (61) 2034-5513

MINISTÉRIO DA CULTURA

Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura

Tem como objetivo fomentar a cultura em todos estados, Distrito Federal e municípios. As ações são executadas de forma descentralizada pelos entes federativos, por meio de editais de fomento direcionados aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, aquisição de bens culturais, manutenção e construção de espaços culturais, realização de eventos, entre outras possibilidades.

Público-alvo:

- Trabalhadores(as) da cultura, entidades, pessoas físicas e jurídicas que atuem na produção, na difusão, na promoção, na preservação e na aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais, inclusive o patrimônio cultural material e imaterial.

Quanto já foi investido?

- R\$ 5,5 bilhões entre 2023 e 2026

Quantos beneficiados?

- No primeiro ciclo da Política (2023-2024): adesão de todos os estados e 97% das cidades; repasse a 100% dos participantes;

No segundo ciclo (2025-2029): adesão de todos os estados e 99,9% dos municípios brasileiros. Repasse a todos entes federativos que foram habilitados na etapa de aferição quanto a execução dos recursos do primeiro ciclo e no Plano de Aplicação dos Recursos, sendo 92,5% dos Estados e 95,5% dos municípios.

Contatos

- Site: gov.br/aldirblanc
- E-mail: pnab@cultura.gov.br

Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)

Instituída pela Lei nº 13.018/2014, é a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Criada em 2004, parte do reconhecimento de que o acesso aos bens e serviços culturais é um direito social básico e, portanto, uma obrigação do Estado. Mas, diferente da ideia de que o Estado deve “levar” cultura, a política está

baseada no sentido de potencializar os grupos e agentes culturais já existentes nos territórios e comunidades do país. Centro da política Cultura Viva, os Pontos de Cultura são grupos culturais da sociedade civil que promovem o acesso da população aos bens e aos serviços culturais nos territórios e comunidades onde atuam.

Público-alvo

- Entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.
- Grupos e coletivos culturais sem constituição jurídica.
- Mestres e mestras, artistas, criadoras/ es, agentes culturais, trabalhadoras/ es culturais, comunidades e redes que desenvolver e articular atividades culturais em suas comunidades

Quanto já foi investido

- Entre 2023 e 2025, o Governo Federal investiu cerca de R\$ 967 milhões na PNCV, especialmente por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Com parte deste recurso, mais de 23 mil iniciativas de Pontos e Pontões de Cultura foram fomentadas na atual gestão, além de 2.577 Bolsas Cultura Viva concedidas (considerando-se a concessão de bolsas para Agentes Jovens de Cultura Viva e Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares).

Quantos beneficiados

- Hoje, já são mais de 16 mil Pontos e Pontões de Cultura certificados pelo Ministério da Cultura (sendo 11833 certificados desde a recriação do MinC).
- Entre os beneficiados estão coletivos e entidades culturais que representam a diversidade cultural brasileira, englobando as culturas tradicionais e populares, grupos de dança, de teatro comunitário, povos indígenas, periferias, territórios rurais, grupos de hip hop, capoeira, além de diversos segmentos como mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAPN+ e pessoas idosas

Total de público direto alcançado por ano pelo conjunto de Pontos e Pontões de Cultura certificados no Brasil (estimativa): 40,8 milhões de pessoas.

Fontes: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura e Diagnóstico Econômico da Cultura Viva (Consórcio Universitário Cultura Viva - UFBA/UFF/UFPR e Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura - SCDC/MinC)

Contatos

- Recomenda-se procurar a Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos para informação e orientação
- Para saber mais, acesse a Carta de Serviços do MinC e o material de orientação disponível no site do Ministério.
- Site: www.gov.br/culturaviva
- E-mail: culturaviva.pnab@cultura.gov.br

Novo PAC - Desenvolvimento e Sustentabilidade

Os investimentos serão destinados a ações que abrangem a contratação de obras e de projetos de arquitetura e engenharia, para a valorização do patrimônio cultural protegido pelo Iphan em todo o Brasil.

Entre as ações executadas, estão o restauro e a requalificação de edificações históricas e a preservação de sítios arqueológicos.

Público-alvo:

- Estados, Distrito Federal e municípios

Quanto será investido

- No total, R\$ 771 milhões de orçamento, sendo R\$ 730 milhões para execução de obras e R\$ 41 milhões para a contratação de projetos.

Quantos beneficiados

- 35 cidades brasileiras beneficiadas com o início, retomada ou conclusão de 144 obras do PAC Cidades Históricas e mais 83 cidades beneficiadas com a contratação de 105 novos projetos técnicos de arquitetura e engenharia para a preservação de bens culturais materiais, imateriais e arqueológicos.

Contatos: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

- Site: <https://www.gov.br/iphan/pt-br>
- E-mail: daei@iphan.gov.br
- Telefone: (61) 2024-6160



Escola Solano Trindade de Cultura e Economia Criativa (Escult)

A Escola Solano Trindade de Cultura e Economia Criativa (Escult) é instrumento da Política de Economia Criativa – Brasil Criativo, voltado ao desenvolvimento de ações de formação, qualificação e capacitação profissional para agentes culturais e criativos. A Escult atua no fortalecimento das competências técnicas, gerenciais e criativas de trabalhadoras e trabalhadores, gestoras e gestores e demais agentes da Cultura e da Economia Criativa. Seu objetivo é ampliar o acesso à formação, à qualificação e à profissionalização em arte, cultura e Economia Criativa em todo o território nacional, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país por meio do fomento à criatividade e à cidadania cultural.

Público-alvo:

- Público da cultura e economia criativa: artistas, produtores, técnicos, jovens em formação, empreendedores, gestores e demais agentes da Cultura e da Economia Criativa.

Quanto já foi investido

- R\$ 8 milhões

Quantos beneficiados

- Em menos de dois anos, a Escult alcançou grande capilaridade: mais de 3,5 milhões de visitas, 178 mil estudantes e 266 mil matrículas, em 4.031 municípios e 45 países. Com 29 cursos, da formação livre à pós-graduação, promove qualificação técnica, empreendedorismo e gestão, com polos regionais que ampliam o acesso e adaptam o ensino às realidades locais.

Contato:

- <https://escult.cultura.gov.br/>
- (61) 2024.2050, escult@cultura.gov.br

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Programa Nacional Salas Lilás.

O Programa Nacional Salas Lilás enfrenta a falta de atendimento especializado e humanizado a mulheres e meninas em situação de violência de gênero. Apoia municípios e estados na criação e estruturação de espaços reservados em órgãos de segurança e justiça, com capacitação de profissionais, protocolos padronizados e articulação com a rede de proteção, reduzindo a revitimização, qualificando o acolhimento e fortalecendo a resposta local à violência contra a mulher.

Público-alvo:

- Mulheres e meninas em situação de violência de gênero.
- Quanto Já foi Investido:
- Aproximadamente R\$ 18.000.000 (dezoito milhões de reais)

Contato

- Secretaria Nacional de Acesso à Justiça – MJSP E-mail: saju@mj.gov.br ou
- Telefone/WhatsApp: (61)2025-3120 para agendamento de reunião para tratar da implantação da política.
- <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/saju/sala-lilas-1>

PRONASCI Juventude

O Pronasci Juventude busca fortalecer a prevenção da violência ao ampliar o acesso de jovens vulneráveis à educação, qualificação profissional e inclusão produtiva, contribuindo para reduzir riscos sociais e ampliar oportunidades.

Público-alvo:

- Crianças, adolescentes, jovens, seus familiares e suas comunidades.
- Quanto Já foi Investido:
- Até o final ano de 2026 o investimento total previsto é de R\$ 96 milhões.

Contato

- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – MJSP E-mail: senad@mj.gov.br ou Telefone: (61) 2025-7203 para agendamento de reunião para tratar da implantação das políticas do projeto.
- <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/pronasci-juventude>

CRIA: Prevenção e Cidadania

O CRIA fortaleceu a prevenção ao uso de álcool e outras drogas por meio de ações educativas e intersetoriais, promovendo cidadania, engajamento juvenil e fortalecimento de redes comunitárias em territórios vulneráveis.

Público-alvo:

- Crianças, adolescentes, jovens, seus familiares e suas comunidades.
- Quanto Já foi Investido:
- A previsão de investimento apenas no ano de 2026 é de R\$ 3.872.326,00 (três milhões, oitocentos e setenta e dois mil trezentos e vinte e seis reais).

Contato

- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – MJSP E-mail: senad@mj.gov.br ou Telefone: (61) 2025-7203 para agendamento de reunião para tratar da implantação das políticas do projeto.
- <https://criaprevencao.com.br/>

CAIS: Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social na Política sobre Drogas

O programa CAIS promoveu inclusão e garantia de direitos ao ofertar atendimento integrado e articulado, fortalecendo redes locais e ampliando o cuidado a populações em situação de vulnerabilidade.

Público-alvo:

- Pessoas em situação de rua, dependentes químicos, pessoas em situação de extrema pobreza.

Quanto Já foi Investido:

- A previsão de investimento apenas no ano de 2026 é de R\$ 85.254.914,00 (oitenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil novecentos e quatorze reais).

Contato

- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – MJSP
- E-mail: senad@mj.gov.br ou Telefone: (61) 2025-7203 para agendamento de reunião para tratar da implantação das políticas do projeto.
- <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/cais-centro-de-acesso-a-direitos-e-inclusao-social/cais-centro-de-acesso-a-direitos-e-inclusao-social>



Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia (PNMRA)

A Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA) é o marco legal e estratégico que orienta a atuação do Estado brasileiro na promoção e na proteção dos direitos de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas. Instituída pelo Decreto nº 12.657, de 7 de outubro de 2025, em cumprimento ao art. 120 da Lei nº 13.445/2017, a PNMRA enfrenta o desafio da coordenação federativa das políticas migratórias, articulando ações do Governo Federal com estados, Distrito Federal e municípios. A política fortalece a capacidade de gestão local, promove a cooperação interfederativa e orienta a formulação de ações integradas de acolhimento, integração local e proteção de direitos, com participação da sociedade civil e de organismos internacionais.

Público-alvo:

- População migrante, refugiada ou apátrida.

Quanto Já foi Investido:

- Previsão de investimento de R\$ 363.700,00 (trezentos e sessenta e três mil reais) no ano de 2026.

Contato:

- Secretaria Nacional de Justiça – MJSP cgpmig@mj.gov.br;
- WhatsApp: +55 61 99671-8086 para agendamento de reunião para tratar da implantação das políticas do projeto.
- [Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia – Ministério da Justiça e Segurança Pública](#)

Rede Nacional de Cidades Acolhedoras (RNCA)

Rede Nacional de Cidades Acolhedoras (RNCA) é um espaço diálogo e cooperação entre municípios e o Governo Federal que reúne cidades comprometidas com o fortalecimento de políticas locais voltadas a pessoas migrantes, refugiadas e apátridas (MRA). A Rede promove capacitações para gestores e servidores municipais, oferece apoio técnico e estimula a troca de experiências e a construção de soluções territorializadas para desafios migratórios. Com apoio da Coordenação-Geral de Política Migratória, a RNCA disponibiliza orientações práticas, materiais técnicos e acompanhamento contínuo, contando ainda com a colaboração de universidades, organizações da sociedade civil, organismos internacionais e coletivos migrantes para qualificar a gestão local e ampliar o acesso a serviços públicos culturalmente sensíveis.

Em 2025, a RNCA consolidou-se como espaço de cooperação federativa, reunindo 23 municípios em diferentes regiões do país e promovendo oficinas e webinários que capacitaram mais de 270 gestores e técnicos municipais para a gestão de políticas de migração, refúgio e apatridia.

Público-alvo:

- Gestores municipais e servidores públicos que atuam na formulação e na implementação de políticas para migrantes, refugiados e apátridas.

Contato:

- Secretaria Nacional de Justiça – MJSP cgpmig@mj.gov.br;
- WhatsApp: +55 61 99671-8086 para agendamento de reunião para tratar da implantação das políticas do projeto.
- [Site da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras](#)

Programa Município Mais Seguro (MMS)

O Programa Município Mais Seguro, iniciativa da SENASP/MJSP executada pela DSUSP, reafirma o compromisso federal com uma segurança pública municipal integrada, preventiva e próxima do cidadão. Impulsiona o fortalecimento e a modernização das Guardas Municipais por meio de capacitações especializadas, assistência técnica e ações estruturantes, organizando-se em três projetos: Polícia Comunitária, Qualificação do Uso da Força (UDF) e Escuta SUSP. Promove, assim, o fortalecimento da segurança pública municipal, a qualificação das Guardas Municipais e a valorização dos profissionais de segurança pública municipal.

Público-alvo

- Municípios com GM devidamente instituída nos termos da Lei 13.022/2014 e de acordo com as informações da Pesquisa Diagnóstico Nacional das Guardas Municipais.

Quanto já foi Investido:

- R\$ 24,5 milhões com previsão orçamentária para 2026 de R\$ 95,2 milhões.

Contato

- Com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJSP
- Email: gprev.senasp@mj.gov.br;
- Telefone (61) 2025-9047 para agendamento de reunião para tratar da implantação das políticas do projeto.
- <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/dsusp/municipio-mais-seguro>

Programa Centros Comunitários Pela Vida (CONVIVE)

O Programa Centros Comunitários pela Vida (CONVIVE), executado pela DSUSP/SENASP, que já integra o Catálogo Federativo, é política de prevenção social à violência em territórios de alta vulnerabilidade. Enfrenta a exposição de crianças, adolescentes e jovens a dinâmicas criminais por meio da implantação de equipamentos públicos multiuso que integram cidadania, esporte, cultura, capacitação profissional e convivência comunitária. Beneficia municípios com obras estruturantes, amplia a presença qualificada do Estado e qualifica gestores locais na pactuação federativa em prevenção.

Entre 2024 e 2025, o CONVIVE já destinou R\$ 100,3 milhões para obras de equipamentos públicos de prevenção à violência, beneficiando 27 (vinte e sete) municípios brasileiros em territórios vulneráveis, ampliando a oferta de serviços de cidadania, esporte e cultura e consolidando a presença qualificada do Estado junto a crianças, jovens e famílias.

Público-alvo

- 163 Municípios prioritários do PRONASCI 2 com territórios de alta vulnerabilidade social e elevados índices de violência.

Quanto Já foi Investido:

- R\$ 100,3 milhões com previsão orçamentária para 2026 de R\$ 26 milhões.

Contato

- Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJSP
- Email: cgprev.senasp@mj.gov.br;
- Telefone (61) 2025-3320 para agendamento de reunião para tratar da implantação das políticas do projeto.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Adesão ao Sistema Nacional de Emprego – SINE

O Sistema Nacional de Emprego (Sine) constitui o serviço público de emprego brasileiro, amparado pela Convenção OIT nº 88, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 24, de 29 de maio de 1956, e promulgada em 25 de junho de 1957. É regulamentado pela Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, e por resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

Por meio de termo de adesão, o município pode aderir ao Sine e disponibilizar a oferta básica integrada de ações e serviços de orientação, recolocação e qualificação profissional para os trabalhadores.

A adesão ao Sine permite que o município concorra aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), referente aos seguintes blocos: I – gestão e manutenção da Rede Sine; II – qualificação social e profissional; e III – fomento à geração de emprego e renda. Quem pode solicitar?

Canais de atendimento

- [E-mail - der@trabalho.gov.br](mailto:der@trabalho.gov.br)
- Telefone - (61) 2031-6581



MINISTÉRIO DAS MULHERES

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 é um serviço gratuito e essencial no enfrentamento à violência contra as mulheres, disponível 24 horas em todo o Brasil, inclusive via WhatsApp: (61) 9610-0180 — em casos de emergência, deve ser acionada a Polícia Militar, pelo 190. A plataforma oferece acolhimento, orientação sobre leis, direitos e serviços da rede especializada, além de registrar e encaminhar denúncias aos órgãos competentes.

O Ligue 180 é estratégico para municípios com redes de proteção menos estruturadas, servindo como porta de entrada para ajuda. É fundamental que a gestão local esteja integrada ao fluxo do serviço para que as orientações da Central resultem em atendimento efetivo no território.

Público-alvo

- Mulheres em situação de violência

Quanto foi investido

- **Entre 2023-2025** foram investidos R\$ 52.358.930,00.
- **Em 2026** o orçamento previsto é de R\$ 33.000.000,00

Quantos beneficiados

- Entre 2023 e 2025, as melhorias no Ligue 180 ampliaram o acesso e a capilaridade do serviço, qualificaram o atendimento com abordagem mais humanizada e multicanal, aumentaram a confiança das usuárias — refletida no crescimento das denúncias em 34,27%, e atendimentos de ligações e whatsapp em 56,22% — além de fortalecer seu papel estratégico na articulação da rede de proteção e na prevenção da violência contra as mulheres.

Canais de atendimento ao Gestor Municipal:

Entre em contato com a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres (Senev)

- Telefone(s): (61) 2027-3639 / 2027-3094
- E-mail: senev@mulheres.gov.br
- Coordenação-Geral da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180
- Telefone(s): (61) 2027-3630

Casas da Mulher Brasileira e Centros de Referência da Mulher Brasileira

As Casas da Mulher Brasileira (CMB) e os Centros de Referência da Mulher Brasileira (CRMB) são equipamentos estratégicos para o enfrentamento à violência contra as mulheres. A definição entre eles considera o porte populacional e a demanda local, visando superar a fragmentação dos serviços e a revitimização.

As CMBs reúnem diversos serviços em um só local, sendo indicadas para cidades maiores; já os CRMBs atendem a municípios de médio porte ou contextos regionais. Ambos oferecem atendimento humanizado, articulando justiça, segurança, assistência social e apoio psicológico, o que fortalece a rede de proteção municipal e garante às mulheres acesso rápido, seguro e qualificado à proteção, ao acolhimento e à efetivação de direitos.

Público-alvo

- Mulheres em situação de violência, residentes no município ou na região de abrangência do equipamento.

Quanto foi investido

- Entre 2023-2025 foram investidos R\$ 349.044.692,00, entre recursos oriundos do orçamento do próprio Ministério, do fundo Nacional de Segurança Pública e Emendas de Bancada. Em 2026 o orçamento previsto é de R\$ 81.910.158,00.

Quantos beneficiados

- Desde 2023, foram implantadas 5 Casas da Mulher Brasileira (CMB), sendo em Salvador/BA, Ananindeua/PA, Teresina/PI e Palmas/TO, Macapá/AP. Este ano será inaugurada nova unidade em Aracaju/SE, ampliando a rede para 13 unidades em funcionamento no país. Nesse período, as CMBs realizaram 878.728 atendimentos. Até o mês de março de 2026 foram realizados 42.700 atendimentos, evidenciando a expansão da oferta e o fortalecimento do atendimento integrado às mulheres em situação de violência. No mesmo período, foram inaugurados 16 Centros de Referência da Mulher Brasileira (CRMB) em municípios de GO, PR, SP, RJ, RN, DF, AC e PI. Além disso, já estão **contratadas 30 novas CMBs e 15 CRMBs**, ampliando de forma significativa a cobertura territorial dessa política pública.

Canais de atendimento ao Gestor Municipal:

- Entre em contato com a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres (Senev)
- Telefone(s): (61) 2027-3639 / 2027-3094
- E-mail: senev@mulheres.gov.br
- Coordenação-Geral de Fortalecimento da Rede de Atendimento
- Telefone(s): (61) 2027 4768

Fortalecimento da Gestão de Políticas para as Mulheres

A ampliação e o fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPM) são prioridade do Ministério das Mulheres. Em outubro de 2025, a Portaria GM/MMULHERES nº 441 instituiu o Programa de Fortalecimento da Gestão de Políticas para as Mulheres, voltado a ampliar a capacidade institucional, técnica e operacional dos OPMs e SPMs. O Programa apoia a estruturação administrativa, a formação continuada de gestoras e equipes locais e fortalece a articulação federativa, resultando em serviços mais estruturados, contínuos e próximos da realidade das mulheres nos territórios.

Público-alvo

- Prefeitos e prefeitas, gestoras estaduais, distritais e municipais de políticas para as mulheres e Conselhos de Direitos da Mulher.

Quanto foi investido

- **Entre 2023-2025** foram investidos R\$ 4.519.560,00 entre diagnóstico e editais de fortalecimento. **Em 2026** o orçamento previsto é de R\$ 20.046.739,00.

Quantos beneficiados

- O fortalecimento dos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPM) resultou na ampliação dessas estruturas na gestão municipal. Em 2013, havia 465 OPM no país; no levantamento de abril deste ano, esse número chegou a 1.513, triplicando o total de órgãos e indicando que 1 em cada 4 municípios brasileiros já possui um OPM instituído.

Canais de atendimento ao Gestor Municipal:

- Entre em contato com a Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política (SENATP)
- Telefone: (61) 2027-3085 / 2038-4624
- E-mail: senatp@mulheres.gov.br
- Coordenação-Geral de Secretarias de Política para as Mulheres-CGSPM
- Telefone(s) : (61) 2038-4750

Estratégia Transversal Mulheres e Clima do Plano Clima 2024-2035

A Estratégia Transversal Mulheres e Clima, instrumento do Plano Clima 2024-2035, promove a integração da perspectiva de gênero na agenda climática. O foco é apoiar estados e municípios na incorporação dos direitos das mulheres em políticas de adaptação, mitigação e resposta a emergências, reconhecendo que a crise climática as afeta desigualmente.

A iniciativa fortalece a atuação local ao auxiliar municípios na elaboração de planos com recorte de gênero e diagnósticos territoriais. Além de oferecer capacitação e apoio institucional, a Estratégia consolida o federalismo climático, estimulando a cooperação entre os entes federados para a implementação de soluções inclusivas e sustentáveis a partir da realidade dos territórios.

Público-alvo

- Gestoras e gestores públicos federais, estaduais e municipais, conselhos de direitos, sociedade civil, movimentos sociais, organizações comunitárias e atores envolvidos na formulação e implementação de políticas climáticas e de direitos das mulheres.

Quanto foi investido

- A Estratégia foi lançada em 2025 com investimento de R\$ 6 milhões. Para 2026, há previsão orçamentária de R\$ 7,35 milhões.

Canais de atendimento ao Gestor Municipal:

- Entre em contato com a Coordenação-Geral de Participação Social e Ações Climáticas da Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política (Senatp)
- Telefone(s): (61) 2027-3085 / 2038-4624
- E-mail: senatp@mulheres.gov.br; cgpsac@mulheres.gov.br
- Coordenação-Geral de Participação Social e Ações Climáticas
- Telefone(s): 2038-4660

Cuidotecas

As Cuidotecas são um equipamento e serviço público inovador, pensado para atender simultaneamente às necessidades de quem cuida e de quem é cuidado. Seu objetivo é liberar o tempo de mães, pais e outros familiares com responsabilidades de cuidado, permitindo que possam estudar, qualificar-se ou trabalhar com tranquilidade, enquanto crianças de 3 a 12 anos permanecem em um espaço seguro, gratuito e acessível, em horários não cobertos pela jornada escolar.

Muito além de brinquedotecas ou espaços kids, as Cuidotecas oferecem cuidado qualificado, com equipe contratada e coordenação pedagógica, orientadas por um plano pedagógico que combina atividades lúdicas e educativas, alimentação saudável e estímulos ao desenvolvimento integral.

Público-alvo

- Crianças de 3 a 12 anos, com ou sem deficiência, sob responsabilidade de estudantes e trabalhadores/as vinculados às instituições de ensino federais e estaduais.

Quanto foi investido?

- **Entre 2023 e 2025**, o total de investimento do Ministério das Mulheres foi de R\$ 2.637.917,91. **Em 2026** é previsto investimento de R\$ 9.000.000,00.

Quantos beneficiados?

- Em 2025, com o início da implementação nos Institutos Federais, 15 Cuidotecas foram inauguradas, contribuindo para a redução da sobrecarga do trabalho de cuidado, o fortalecimento da permanência estudantil, a promoção da autonomia econômica das famílias e o desenvolvimento integral de crianças de 3 a 12 anos nos territórios atendidos.

Canais de atendimento ao Gestor Municipal:

- Entre em contato com a Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados (Senaec)
- Telefone(s): (61) 2027-3166
- E-mail: senaec@mulheres.gov.br
- Coordenação-Geral de Políticas de Cuidado
- Telefone(s) : (61) 2027-3662

Curso de formação Gestão e Implementação de Políticas Públicas e de Organismos de Políticas para as Mulheres

Objetivo é qualificar lideranças femininas e suas equipes na gestão pública dos diferentes níveis.

Os módulos são:

- Estado, Democracia e Políticas Públicas.
- Políticas Públicas de OPM (SPM).
- Funcionamento dos Organismos de Políticas Públicas para as Mulheres.
- Organismos de Políticas para as Mulheres e a sua relação com a Participação e o Controle Social.
- Organismos de Políticas para as Mulheres na Perspectiva do Planejamento, da Gestão e das Parcerias.

Público-alvo

- Interessados em políticas públicas para mulheres, principalmente gestoras estaduais e do Distrito Federal e suas equipes.

Quanto já foi investido?

- Recursos implementados mediante parceria.

Quantos beneficiados?

- Mais de 9.500 inscritos

Contato

- Site: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1163>
- E-mail: enapemrede@enap.gov.br
- Telefone: (61) 2027-3678.

Curso “O Protagonismo das Mulheres: passos para a atuação política das mulheres em espaços de poder e decisão”

Estimular a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, ampliando a participação delas no processo eleitoral em cargos eletivos proporcionais e majoritários nas eleições.

Público-alvo

- Servidores públicos, membros de organizações da sociedade civil, estudantes e demais interessados na temática.

Quanto já foi investido

- Recursos implementados mediante parceria.

Quantos beneficiados?

- 7 mil inscritos e 3.416 certificados emitidos.

Contato

- Site: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1189>
- E-mail: enapemrede@enap.gov.br Telefone: (61) 2027-3678.



MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR)

O Sistema é uma iniciativa do Governo Federal que fortalece a implementação de políticas públicas de enfrentamento ao racismo em todo o país, por meio da articulação entre União, estados e municípios. Ao aderir ao SINAPIR, o município passa a integrar uma rede nacional de promoção da igualdade racial, com acesso prioritário a recursos, programas, capacitações e projetos para a Promoção da Igualdade Racial. Além de fortalecer órgãos e conselhos municipais, o SINAPIR contribui para institucionalizar políticas antirracistas de forma transversal, conectando áreas como saúde, educação, assistência social, turismo, esporte, cultura, trabalho e direitos humanos. A adesão amplia a capacidade de gestão local, fortalece as articulações com o Governo Federal e garante maior efetividade às ações voltadas, especialmente, para a população negra.

Público-alvo:

- População negra brasileira, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiro, comunidades quilombolas e outros grupos étnico-raciais sujeitos à discriminação racial, conforme a realidade dos territórios.

Quantos beneficiados:

- 27 Estados Aderentes e o DF, 381 municípios participantes;

Contato:

- <https://sinapir.org.br/> / sinapir@igualdaderacial.gov.br

Programa Rotas Negras

O Programa Rotas Negras fortalece o afroturismo como estratégia de desenvolvimento econômico, valorização cultural e inclusão social nos municípios brasileiros. A iniciativa apoia cidades na criação e fortalecimento de roteiros turísticos que destacam a cultura, a história e a ancestralidade afro-brasileira, gerando emprego, renda e novas oportunidades para as comunidades locais. Ao integrar o programa, os municípios podem impulsionar o turismo sustentável, fortalecer a economia criativa, ampliar a visibilidade nacional e internacional de seus destinos e incentivar o empreendedorismo local. O Rotas Negras também promove capacitação, valorização do patrimônio cultural e investimentos em infraestrutura turística, consolidando os territórios como referências do turismo afro-brasileiro no Brasil.

Público-alvo:

- População negra em geral, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiro, Empreendedores negros do turismo (guias, agências, hospedagens, gastronomia, artesanato), Iniciativas comunitárias ligadas à cultura e memória afro-brasileira.

Quanto já foi investido:

- Entre 2024 e 2025 foram R\$63 milhões (total todos os órgãos). A previsão para 2026 é de R\$ 1.620.000,00 (MIR)

Quantos beneficiados:

- 50 iniciativas

Contato

- rotasnegras@igualdaderacial.gov.br

Juventude Negra Viva

O Plano Juventude Negra Viva é uma iniciativa do Governo Federal que reúne 18 ministérios e conta com a parceria de estados e municípios para ampliar oportunidades, garantir direitos e promover mais qualidade de vida para as juventudes negras e periféricas em todo o Brasil. Com mais de 200 ações integradas, o Plano apoia os municípios em áreas estratégicas como educação, cultura, segurança pública, saúde, empregabilidade, tecnologia e inclusão digital. Ao aderir ao Plano, os municípios passam a integrar uma articulação nacional de promoção da igualdade racial, com acesso a apoio técnico, capacitação de gestores, metodologias de monitoramento e programas estratégicos, como conectividade em áreas vulneráveis, CEUs da Cultura, crédito para juventudes negras, ações de prevenção à violência e investimentos previstos no Novo PAC. A adesão reafirma o compromisso do município com a proteção da juventude negra, a redução das desigualdades e o desenvolvimento social do território.

Público-alvo

- Jovens negros, jovens quilombolas e outros grupos étnico-raciais sujeitos à discriminação racial, conforme a realidade dos territórios.

Quanto já foi investido

- R\$ 850 milhões (total todos os órgãos)

Quantos beneficiados:

- 16 estados, 63 municípios

Contato:

- dcr@igualdaderacial.gov.br

Política Nacional de Gestão Territorial Quilombola (PNGTAQ)

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ) fortalece o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, promovendo proteção territorial, valorização cultural e melhoria da qualidade de vida, sempre respeitando a autonomia e as tradições locais. Por meio da integração de políticas públicas nas áreas de geração de renda, agricultura, saúde, educação, cultura e segurança alimentar, a PNGTAQ apoia os municípios na construção de ações mais eficientes e inclusivas para os territórios quilombolas. A política também contribui para fortalecer a organização comunitária, preservar o patrimônio cultural e promover desenvolvimento com sustentabilidade e justiça social

Público-alvo:

- Comunidades quilombolas de todo o país.

Quanto já foi investido:

- R\$ 86 milhões.

Quantos beneficiados:

- 76 territórios contemplados, com + 5.000 famílias quilombolas.

Contato:

- dqc@igualdaderacial.gov.br



Programa de Formação e Iniciativas Antirracistas (FIAR)

O Programa Formação e Iniciativas Antirracistas (FIAR), realizado pelo Ministério da Igualdade Racial em parceria com a ENAP, fortalece a gestão pública municipal por meio da qualificação das equipes e incorporar a igualdade racial de forma transversal em áreas como educação, saúde, assistência social e segurança pública, ampliando a efetividade das ações governamentais e o atendimento à população.

Público-alvo:

- Gestores, técnicos e conselheiros de órgãos de promoção da igualdade racial. Servidores públicos das diferentes esferas e sociedade civil.

Quanto já foi investido

- Entre 2023 e 2025 foram investidos R\$710.293,59. A previsão para 2026 é o investimento de R\$66.809,75

Quantos beneficiados

- 14.618 servidores públicos de todas as esferas e gerou 26.570 certificações concluídas

Contato:

- damgi@igualdaderacial.gov.br

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

Kits de Equipagens para Secretarias/Órgãos Estaduais e Municipais de Políticas Indígenas

O projeto de kit de equipagem tem como objetivo fortalecer a infraestrutura física, tecnológica e operacional dos órgãos públicos estaduais e municipais responsáveis pela formulação, coordenação e execução de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, por meio da aquisição de equipamentos, mobiliários e veículos. A iniciativa visa ampliar a capacidade institucional desses órgãos, proporcionando melhores condições de trabalho às equipes técnicas e administrativas e maior agilidade no atendimento às demandas das comunidades indígenas. Além disso, busca oferecer suporte adequado para que gestores públicos, lideranças indígenas e demais atores envolvidos possam planejar, executar e monitorar ações e programas de forma mais eficiente, contribuindo para o fortalecimento da gestão pública, a promoção dos direitos dos povos indígenas e a melhoria das condições de atendimento nos territórios.

Público-alvo:

- Secretarias estaduais, municipais, coordenadorias, conselhos e demais órgãos públicos responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas para povos indígenas.

Quanto já foi investido:

- R\$ 836.000,00

Quantos beneficiados:

- Órgãos públicos estaduais e municipais de políticas indígenas e, indiretamente, comunidades indígenas atendidas por esses órgãos.

Contatos:

- <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br>



MINISTÉRIO DA SAÚDE

SUS Digital - Telessaúde

A telessaúde no Brasil cresceu de forma acelerada, com alcance de mais de 55% dos municípios até 2026. A expansão veio acompanhada do fortalecimento da infraestrutura, com os Núcleos de Telessaúde passando de 12 para 63 em todo o país. Esse avanço é impulsionado pela integração ao programa Agora Tem Especialistas, que utiliza a telessaúde para ampliar o acesso ao cuidado especializado e reduzir o tempo de espera por atendimento no SUS. O Governo do Brasil investiu mais de R\$ 150 milhões para ampliar a rede e cerca de R\$ 70 milhões para modernização dos núcleos, além de contar com ações do Novo PAC para estruturar unidades de saúde e ampliar o acesso ao cuidado especializado.

Público-alvo:

- Usuários do SUS, profissionais de saúde e gestores.

Quanto já foi investido

- R\$ 221,3 milhões.

Quantos beneficiados

- 3.109 municípios e 63 NTS, com 7.169.277 procedimentos realizados entre janeiro de 2025 e março de 2026.

Requisitos:

- Os municípios devem ser classificados como prioritários com base nos diagnósticos regionais e na análise de vazios assistenciais, contemplando as unidades beneficiadas devem estar integradas aos Planos de Ação de Transformação para a Saúde Digital. Os NTS contemplados pelos editais de chamamento deveriam apresentar alinhamento das propostas com o Programa Agora Tem Especialistas.

Para adesão aos serviços da Rede Brasileira de Telessaúde, os municípios precisam:

- Solicitação de Adesão: Encaminhar ofício assinado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde ao e-mail institucional do Núcleo de Telessaúde do respectivo estado.
- Para adesão à Oferta Nacional de Telediagnóstico, o ofício pode ser enviado para saudedigital@saude.gov.br, manifestando interesse na integração ao serviço.
- Maiores informações do Programa SUS Digital, no link: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/seidigi/sus-digital>

Agora Tem Especialistas

O Programa Agora Tem Especialistas tem como objetivo ampliar o acesso da população à Atenção Especializada à Saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da expansão da oferta de consultas, exames, procedimentos diagnósticos, terapêuticos e cirurgias eletivas, com foco na redução do tempo de espera e na organização da assistência, por meio de pactuação regional e participação ativa dos prestadores de serviços. O Programa atua de forma complementar às ações já desenvolvidas por estados e municípios, mediante adesão dos gestores e dos estabelecimentos de saúde e sua execução está vinculada à organização da regulação assistencial nos estados e municípios.

Público-alvo:

- Usuários do SUS

Quanto já foi investido

- R\$ 7,3 bilhões (2023-2026)

Requisitos:

- Condições para a cidade acessar:
- O Agora Tem Especialistas conta com oito componentes de atuação: 1) Ambulatorial, 2) Cirúrgico, 3) Acesso à Radioterapia, 4) Créditos Financeiros, 5) SUS Digital, 6) Ressarcimento ao SUS, 7) Provimento, aprimoramento e formação e 8) Prestação de serviços especializados em caráter complementar.

Em cada modalidade cabe um conjunto de critérios de inclusão de serviços, entretanto, partem de princípios comuns em ofertas e pactuações. São 1.279 tipos de cirurgias eletivas e 35 Ofertas de Cuidados Integrados (OCI), nas especialidades de Cardiologia, Ginecologia, Oncologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia e Oftalmologia. A pactuação é discutida no Grupo Condutor estadual e deliberada pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB), em alguns dos componentes podendo ser também por Comissão Intergestores Regional (CIR) com ciência da CIB (para o Distrito Federal a deliberação é do Colegiado de Gestão). O acesso é realizado via regulação assistencial locorregional ou municipal, pelos gestores do SUS, e o registro da produção é feito por Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH), ou por Conjunto Mínimo de Dados da Atenção à Saúde (CMD) e Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS).

Para conhecer melhor os critérios de cada componente, consultar o site do Programa Agora Tem Especialista, no link:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/agora-tem-especialistas>

Saúde da Família

As equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP) são responsáveis pela oferta de ações e serviços de saúde no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), atuando como porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas equipes desenvolvem ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, de forma integrada e contínua, considerando as necessidades de saúde da população adscrita ao território.

Público-alvo:

- Todos os municípios do Brasil

Quantos beneficiados

- 149.52.968 de pessoas atendidas e vinculada às 54.725 eSF e 5.764 eAP

Requisitos:

- Municípios que dispõem de teto para credenciamento de novas equipes.

Passo a passo:

- As informações para credenciamento das equipes estão disponíveis na Nota Técnica nº 53/2026 -COHC/CGFAP/DEAPS/SAPS/MS.

Brasil Sorridente – Saúde Bucal no SUS

Ampliação do número de pessoas com acesso a ações e serviços odontológicos, por meio da implantação e manutenção de equipes e serviços na Atenção Primária à Saúde (APS).

Público-alvo:

- População brasileira.

Quanto já foi investido

- R\$ 2.869.057.511,56 repassados aos municípios em 2025 para 34.936 equipes.

Quantos beneficiados

- População cadastrada nas equipes da APS.

Requisitos:

- Municípios que dispõem de teto para credenciamento de novas equipes.

Passo a passo:

- As informações para credenciamento das equipes estão disponíveis na Nota Técnica nº 53/2026 -COHC/CGFAP/DEAPS/SAPS/MS.

Mais informações do Brasil Sorridente – Saúde Bucal no SUS, no link:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/brasil-sorridente>



Unidades Odontológicas Móveis

As Unidades Odontológicas Móveis (UOM) são estruturas itinerantes destinadas à oferta de ações e serviços de saúde bucal no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Funcionam como consultórios odontológicos adaptados em veículos, equipados para a realização de atendimentos clínicos, procedimentos preventivos, educativos e básicos em odontologia.

Público-alvo – populações com dificuldade de acesso aos serviços odontológicos, especialmente residentes em áreas rurais, remotas, de difícil acesso ou em situação de vulnerabilidade social.

Quanto já foi investido

- R\$ 13.150.800,00 transferidos para os municípios em 2025, 220 UOM.

Quantos beneficiados

- 251 municípios, populações atendidas pelas Unidades Odontológicas Móveis, especialmente em áreas rurais, remotas, de difícil acesso ou em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações de saúde bucal.

Requisitos:

- Municípios e o Distrito Federal que possuam a Unidade Odontológica Móvel (UOM) e atendam critérios de priorização, como: possuir eSB vinculadas à eSF, eAP ou eSFR; atender populações quilombolas, rurais, ribeirinhas, indígenas, assentadas ou em situação de rua; ter Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) alto ou muito alto e possuir ampla extensão territorial com baixa densidade demográfica - com menos de 50 mil habitantes e densidade inferior a 80 habitantes/km², ou com 50 mil a 100 mil habitantes e densidade superior a 80 habitantes/km².

Passo a passo:

- As informações para credenciamento das equipes estão disponíveis na Nota Técnica nº 53/2026 -COHC/CGFAP/DEAPS/SAPS/MS.

Mais informações no link:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/novo-pac-saude/unidades-odontologicas-moveis>

Incentivo para Residência na Atenção Primária à Saúde

O incentivo financeiro tem como finalidade apoiar os municípios e o Distrito Federal que dispõem de equipes da Atenção Primária à Saúde integradas a programas de residência em saúde, reconhecendo o papel estratégico desses serviços na formação de profissionais qualificados para o Sistema Único de Saúde.

Público-alvo:

- Incentivo aos municípios e ao Distrito Federal com equipes de saúde integradas a programas de Residência Médica e Residência em Área Profissional da Saúde (uniprofissional e multiprofissional) na Atenção Primária à Saúde.

Quanto já foi investido:

- R\$ 78.223.500,00 transferidos para os municípios em 2025.

Quantos beneficiados:

- 159 municípios, 2.027 profissionais integrados as equipes da APS

Requisitos:

- Possuir teto para a solicitação; Equipes da APS precisam estar integradas a programas de Residência Médica e Residência em Área Profissional da Saúde (uniprofissional e multiprofissional) na Atenção Primária à Saúde.

Passo a passo:

- As informações para credenciamento das equipes estão disponíveis na Nota Técnica nº 53/2026 -COHC/CGFAP/DEAPS/SAPS/MS.

Programa Academia da Saúde

O Programa Academia da Saúde (PAS) constitui uma das principais estratégias estruturantes da promoção da saúde no âmbito do SUS, ao materializar, no território, ações voltadas à produção do cuidado, à prevenção de agravos e ao enfrentamento dos determinantes sociais da saúde.

Público-alvo:

- todos os municípios brasileiros e o Distrito Federal.

Quanto já foi investido

- R\$ 46.2 milhões em 2025.

Quantos beneficiados

- Toda a população cadastrada, vinculada e atendida pelos 1.559 estabelecimentos do PAS cofinanciadas em 2025

Requisitos:

- Incluir as ações do programa nos instrumentos de planejamento em saúde e informar via ofício ao Conselho Municipal ou Distrital de Saúde, à Secretaria Estadual de Saúde ou ao Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, bem como à Comissão Intergestores Bipartite, informando a solicitação de credenciamento conforme modalidade pretendida; possuir estabelecimento construído conforme os portes do programa; cadastrar o estabelecimento e os profissionais no SCNES; e solicitar o credenciamento via e-Gestor.

Documentos necessários

- a) incluir no Plano Municipal ou Distrital de Saúde ou na Programação Anual de Saúde as diretrizes, metas, objetivos ou ações voltadas à qualificação e/ou ampliação da cobertura das equipes;
- b) submeter e aprovar os instrumentos de gestão (Plano Municipal ou Distrital de Saúde ou Programação Anual de Saúde) no respectivo Conselho de Saúde Municipal ou do Distrito Federal;
- c) enviar ofício à Secretaria Estadual de Saúde ou ao Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, bem como à Comissão Intergestores Bipartite, informando-os sobre o pleito.

Passo a passo:

- As informações para credenciamento das equipes estão disponíveis na Nota Técnica nº 53/2026 -COHC/CGFAP/DEAPS/SAPS/MS.

Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde

As equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde (eMulti) são responsáveis por ampliar a resolutividade, a integralidade do cuidado e o suporte técnico-pedagógico às equipes de Saúde da Família (eSF), equipes de Atenção Primária (eAP) e demais estratégias da APS. As eMulti atuam de forma integrada e interdisciplinar, por meio de ações compartilhadas de promoção da saúde, prevenção de agravos, assistência, reabilitação, educação em saúde, apoio matricial e cuidado interdisciplinar, considerando as necessidades de saúde da população e as especificidades do território, com o objetivo de qualificar o cuidado e fortalecer a coordenação da Atenção Primária à Saúde no âmbito do SUS.

Público-alvo:

- População acompanhada pelas equipes de Atenção Primária, especialmente pessoas com necessidades de cuidado ampliado, condições crônicas, demandas de reabilitação, saúde mental e situações de maior vulnerabilidade em saúde.

Quanto já foi investido

- R\$ 1.549.415.129,24 transferidos para os municípios em 2025.

Requisitos:

- Municípios que dispõem de teto para credenciamento de novas equipes.

Passo a passo:

- As informações para credenciamento das equipes estão disponíveis na Nota Técnica nº 53/2026 -COHC/CGFAP/DEAPS/SAPS/MS.

Incentivo Quilombola para eSF

Incentivo financeiro de custeio destinado aos municípios com comunidades quilombolas, com o objetivo de fortalecer ações e serviços de saúde, considerando critérios de equidade, vulnerabilidade social e ampliação do acesso à saúde da população quilombola.

Público-alvo:

- Municípios com comunidades quilombolas reconhecidas em seus territórios

Quanto já foi investido

- Sem valores repassados em 2025 (incentivo novo)

Quantos beneficiados:

- Toda a população cadastrada, vinculada e atendida pelas equipes com população quilombola adscrita

Requisitos:

- Possuir teto; possuir equipes que atuam em território com população quilombola; informar a comunidade quilombola, quantidade de famílias e população atendida; indicar a quantidade das unidades de apoio, meios de transporte e profissionais vinculados à eSF.

Passo a passo:

- As informações para credenciamento das equipes estão disponíveis na Nota Técnica nº 53/2026 -COHC/CGFAP/DEAPS/SAPS/MS.

Equipe de Saúde da Família Ribeirinha - eSFR

As eSFR são equipes específicas destinadas para atenção ao cuidado em territórios ribeirinhos, costeiros e marítimos. Estas equipes contam com componentes adicionais para atender essas comunidades, como unidade de apoio, meios de transporte terrestres, embarcações de pequeno porte e profissionais extras

Público-alvo:

- Municípios com populações tradicionais nos territórios ribeirinhos, costeiro e marítimo.

Quanto já foi investido:

- R\$ 269.154.398,00 em 2025.

Quantos beneficiados

- Cerca de 850 mil pessoas cadastradas, vinculadas a 319 equipes cofinanciadas em 2025.

Requisitos:

- Possuir teto para a solicitação; Município possuir populações tradicionais nos territórios ribeirinhos, costeiro e marítimo.

Passo a passo:

- As informações para credenciamento das equipes estão disponíveis na Nota Técnica nº 53/2026 -COHC/CGFAP/DEAPS/SAPS/MS.



Unidade de Saúde da Fluvial – UBSF

Público-alvo:

- Municípios da Amazonia legal e Pantanal Sul-mato-grossense

Quanto já foi investido:

- R\$ 108.967.057,00 em 2025.

Quantos beneficiados

- Pessoas atendidas pelas 68 embarcações cofinanciadas em 2025.

Requisitos:

- Possuir teto para a solicitação; Municípios com populações tradicionais nos territórios ribeirinhos, costeiro e marítimo.

Passo a passo:

- As informações para credenciamento das equipes estão disponíveis na Nota Técnica nº 53/2026 -COHC/CGFAP/DEAPS/SAPS/MS.

Consultório na Rua

Público-alvo:

- Pessoas em situação de rua, em toda sua diversidade, que necessitam de ações de atenção primária à saúde, promoção, prevenção, cuidado integral e acompanhamento multiprofissional no território.

Quanto já foi investido

- R\$ 107.068.750,00 transferidos para os municípios em 2025.

Quantos beneficiados

- 206 municípios brasileiros foram beneficiados em 2025.

Requisitos:

- Municípios que constam no anexo da Portaria GM/MS nº 1.255, de 18 de junho de 2021 ou que comprovem a existência de população em situação de rua.

Passo a passo:

- As informações para credenciamento das equipes estão disponíveis na Nota Técnica nº 53/2026 -COHC/CGFAP/DEAPS/SAPS/MS.

Equipe de Atenção Primária Prisional

As equipes de Atenção Primária Prisional (eAPP) são responsáveis pela oferta de ações e serviços de Atenção Primária à Saúde às pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, garantindo o acesso integral, universal e equânime às ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas equipes atuam na promoção da saúde, prevenção de agravos, assistência, diagnóstico, tratamento, reabilitação, vigilância em saúde e acompanhamento contínuo da população custodiada, considerando as especificidades epidemiológicas, sociais e sanitárias do ambiente prisional, em conformidade com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

Público-alvo:

- Pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, garantindo acesso à atenção primária à saúde, ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento integral durante o período de custódia.

Quanto já foi investido

- R\$ 208.183.950,00 transferidos para os municípios em 2025.

Quantos beneficiados

- 406 municípios beneficiados em 2025.

Requisitos:

- Municípios ou estados que tenham em seu território unidades prisionais.

Passo a passo:

- As informações para credenciamento das equipes estão disponíveis na Nota Técnica nº 53/2026 -COHC/CGFAP/DEAPS/SAPS/MS.

Programa de Atenção Domiciliar a Pessoa idosa - PADI Brasil

O PADI Brasil é uma estratégia da Atenção Primária à Saúde que leva cuidado multiprofissional para pessoas idosas restritas ao domicílio. Coordenado pelas equipes Multiprofissionais da APS (eMulti), em articulação com a Rede de Atenção à Saúde (RAS), o Padi Brasil fortalece o cuidado no território.

Público-alvo:

- eMulti que realizam cuidado domiciliar para pessoas idosas restritas ao domicílio.

Quanto já foi investido

- Sem valores repassados em 2025 (incentivo novo)

Requisitos:

- Municípios que dispõem de teto para credenciamento de novas eMulti ou que possuem eMulti e desejam solicitar o incentivo adicional vinculado a equipe.

Passo a passo:

- As informações para credenciamento das equipes estão disponíveis na Nota Técnica nº 53/2026 -COHC/CGFAP/DEAPS/SAPS/MS.

Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) constitui um conjunto articulado de serviços e dispositivos do Sistema Único de Saúde (SUS), destinado a promover o cuidado integral às pessoas com sofrimento ou transtornos mentais, incluindo aquelas com necessidades relacionadas ao uso de álcool e outras drogas. Organizada de forma territorial e comunitária, a RAPS integra diferentes pontos de atenção — como a Atenção Primária à Saúde, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Centros de Convivência da Rede de Atenção Psicossocial (CeCo), serviços de urgência e emergência, unidades de acolhimento e leitos em hospitais gerais — com o objetivo de garantir acesso, continuidade do cuidado, reabilitação psicossocial e inclusão social dos usuários, em consonância com os princípios da reforma psiquiátrica brasileira. (Portaria de Consolidação n.º 3, de 28 de setembro de 2017. Origem: Portaria n.º 3.088, de 23 de dezembro de 2011).

Público-alvo

A RAPS possui uma série de serviços, com variados portes e modalidades. Aqui você pode conhecer todas as unidades financiáveis, sob responsabilidade do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (DESMAD) e definir quais são indicadas para estruturação da Rede de Atenção Psicossocial do seu município:

Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em seus diferentes portes e tipologias: é constituído por equipe multiprofissional que atua sob a ótica interdisciplinar para o cuidado às pessoas em sofrimento mental, incluindo aquelas com necessidades relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, de jogos de apostas, articulado com os demais serviços da Raps, em sua área de abrangência territorial.

Quanto já foi investido

- 3.070 CAPS em funcionamento

Quantos beneficiados

- 2.069 municípios com serviços da RAPS habilitados
- 181 milhões de habitantes cobertos

Requisitos - Condições para cidade acessar

Estados, municípios e o Distrito Federal podem solicitar habilitação, desde que respeitados os parâmetros populacionais de cada modalidade.

Passo a passo

- Passo 1: Cadastrar o serviço no CNES, incluindo a relação dos profissionais da equipe.
- Passo 2: Baixar o "Manual SAIPS" e utilizar os modelos para preparar a documentação.
- Passo 3: Elaborar a documentação de solicitação com base nos modelos disponíveis no site do Ministério da Saúde.
- Passo 4: Encaminhar a proposta de incentivo ou habilitação via Sistema de Apoio à Implementação de Políticas de Saúde (SAIPS).
- Passo 5: Enviar toda a documentação via plataforma SAIPS e aguardar análise do Ministério da Saúde.

Contatos

- Site: www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad
- E-mail: saudemental@saude.gov.br
- Telefone: (61) 3315-3827

Mais Médicos

O Programa Mais Médicos é uma política pública estruturada para potencializar e qualificar o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, reduzindo as desigualdades regionais na área da saúde. Desempenha papel estratégico ao aumentar o provimento e a fixação de médicos em todas as regiões do Brasil, em especial regiões prioritárias, remotas, de difícil acesso e de alto índice de vulnerabilidade, onde há escassez ou ausência desses profissionais. Além disso, ao integrar formação, provimento e educação permanente, o Mais Médicos qualifica o trabalho na Atenção Primária à Saúde, com o Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB), amplifica a oferta e o acesso às ações e aos serviços da Atenção Especializada, com o Projeto Mais Médicos Especialistas (PMM-E), e potencializa os resultados do novo modelo de financiamento, alinhando-se aos princípios do SUS de universalidade, integralidade e equidade. Em dezembro de 2025, mais de 27 mil médicos atuaram pelo Programa na Atenção Primária à Saúde.

Público alvo

- Estados, Distrito Federal e municípios; Médicos; Usuários do SUS.

Quanto já foi investido

- R\$ 5,17 bilhões em 2025 no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

Quantos beneficiados

- 65,6 milhões de brasileiros.

Contatos Site:

- <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/mais-medicos>

E-mail:

- maismedicos@saude.gov.br ou editalmaismedicos@saude.gov.br

Mais Médicos Especialistas- PMM-E

O Projeto Mais Médicos Especialistas visa aprimorar médicos especialistas em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da integração ensino-serviço-comunidade. O novo componente do Programa Mais Médicos busca ampliar o acesso da população à Atenção Especializada no SUS, promovendo a formação, fixação e atuação qualificada de médicos especialistas em regiões com maior vulnerabilidade social. Esse Projeto também integra as ações do Programa Agora Tem Especialistas com foco na redução do tempo de espera por atendimento especializado e aumento da resolutividade dos serviços de saúde, contribuindo para ampliar o acesso e a qualidade da Atenção Especializada em todo o território nacional.

Público-alvo

- Estados, Distrito Federal e municípios; Médicos especialistas; Usuários do SUS.

Quanto já foi investido

- Entre outubro e dezembro de 2025 foram investidos R\$ 27,48 milhões.

Quantos beneficiados

- Até dezembro de 2025, foram 577 médicos especialistas alocados no Projeto em atuação em todo o território nacional.

Contatos Site:

- <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/mais-medicos/especialistas>
- E-mail: maismedicos@saude.gov.br ou editalmaismedicos@saude.gov.br ou maisespecialistas@saude.gov.br

02

EIXO



***Fortalecimento
da Gestão e da
Cooperação
Federativa***

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Contrata+ Brasil

Iniciativa que conecta compradores públicos – prefeituras, estados, Governo Federal (e seus órgãos) – a fornecedores, por meio de uma plataforma de comércio público 100% gratuita. Permite a adesão de microempreendedores individuais (MEIs) e de agricultores familiares. No caso de MEIs, há geração de renda para serviços e mão de obra local. Já no caso da expansão para agricultura familiar, o foco é segurança alimentar e sustentabilidade. Nos dois casos, a contratação é feita de forma direta, sem intermediários, o que reduz custos. Principais vantagens: menos burocracia, mais oportunidades; facilidade para buscar e oferecer serviços (processo rápido e sem complicação); alertas de oportunidades pelo WhatsApp.

Público-alvo

- Gestores públicos (prefeitos e governadores, secretários...); microempreendedores individuais (MEIs); e agricultores familiares.

Quanto já foi investido

- R\$ 18,8 milhões destinados em renda para MEIs, de fevereiro de 2025 a início de abril de 2026.

Quantos beneficiados

- De fevereiro de 2025 (quando o programa foi criado) a 9 de abril de 2026, **mais de 1,4 mil órgãos públicos** e mais de 10 mil MEIs já se cadastraram, em cidades e estados de todo o Brasil. Segundo a Lei n. 14.628/23, ao menos 30% das compras públicas de alimentos devem vir da agricultura familiar. A expectativa é que, nos próximos 2 anos, a plataforma contribua para garantir esse percentual, ao deslocar as contratações de grandes fornecedores para produtores locais, cooperativas e associações rurais.

Mais informações

- <https://www.gov.br/contratamaisbrasil/pt-br/area-do-agente-publico/aprenda-usar-agente-publico/Adesoplataformapelosrgospblicos.pdf/@@display-file/file>

Imóvel da Gente

Iniciativa de destinação estratégica de imóveis da União para as políticas públicas estratégicas do Governo Federal, em benefício da população, a partir de diálogo federativo e com a sociedade civil, considerando a função social e ambiental das áreas públicas. O Programa prioriza 4 tipos de destinação: 1) para políticas públicas de habitação de interesse social; 2) para regularização fundiária em territórios vulneráveis; 3) para outras políticas públicas estratégicas como educação, assistência social, saúde, segurança alimentar, cultura, emprego e renda, direitos humanos, etc; e; 4) no caso de grandes dimensões, quando a destinação se dá para mais de uma finalidade, em parceria com prefeituras.

Público-alvo

- Órgãos públicos; organizações da sociedade civil; e população beneficiada (no caso de habitação de interesse social e regularização fundiária)

Quantos beneficiados

- Mais de 1.600 imóveis destinados desde 2023, **beneficiando cerca de 400 mil famílias**, em todas as Unidades da Federação e 610 municípios brasileiros. Uma das missões do presidente Lula no início do mandato foi: não deixar nenhum terreno da União vazio, usar o patrimônio como instrumento de políticas públicas, a serviço da inclusão social, da redução de desigualdades e do desenvolvimento local.

Informações:

- <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/imoveldagente/sobre-o-programa/como-participar-imovel>

Serviços gov.br

Plataforma gratuita que permite a integração aos serviços digitais do GOV.BR (ID GOV.BR). Ao adotar a plataforma, o órgão reduz a necessidade de criar e manter sistemas próprios de autenticação, aumenta a segurança dos acessos e simplifica a oferta de serviços digitais ao cidadão. Permite acessar três soluções: Conta GOV.BR (Login Único), que utiliza um único login e senha para vários serviços públicos; Assinatura Eletrônica Avançada GOV.BR, que possibilita assinar documentos de forma digital, segura e gratuita; e Prova de Vida GOV.BR, que realiza validação facial pelo aplicativo gov.br para serviços que exigem comprovação de vida, como renovação de benefícios.

Público-alvo

- Gestores públicos

Quantos beneficiados

- A Plataforma Gov.br já conta mais de 175 milhões de usuários no Brasil. Mais de 500 mil assinaturas eletrônicas são feitas por dia, reduzindo deslocamentos, custos operacionais e a necessidade de atendimento presencial. Mais de 640 mil servidores aposentados e pensionistas federais podem utilizar anualmente a prova de vida digital, solução que também pode ser adotada em âmbito local, ampliando a eficiência administrativa e facilitando o acesso aos serviços públicos em sua própria cidade.

Informações:

- <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/transformacao-digital/servico-de-integracao-aos-produtos-de-identidade-digital-gov.br>

Transferegov

A Plataforma Transferegov.br é ofertada aos governos estaduais e municipais para operacionalização das transferências e parcerias realizadas com recursos próprios, como convênios e emendas, assim como já ocorre na utilização do Transferegov para gestão dos recursos da União. Simplifica e amplia a transparência na administração desses recursos, especialmente na celebração de parcerias com municípios e organizações não governamentais.

Público-alvo

- Gestores públicos

Quanto já foi investido

- Em 2023 foram realizadas cerca de 70 mil transferências de recursos da União para estados, municípios e organizações da sociedade civil, por meio do Transferegov – chegando a um valor global de R\$ 438,8 bilhões. Em 2025, foram realizadas cerca de 36 mil transferências de recursos da União para estados, municípios e organizações da sociedade civil, por meio do Transferegov – chegando a um valor global de R\$ 301,6 bilhões.

Quantos beneficiados

- O Rio Grande do Norte foi o primeiro estado brasileiro a aderir ao uso do Transferegov.br como projeto-piloto, inaugurando uma nova etapa de padronização e transparência na gestão de parcerias públicas no Brasil. Além do estado potiguar, Acre, Bahia e Roraima já participam da expansão da plataforma. O cronograma de implementação será escalonado entre julho de 2026 e março de 2028, com capacidade de expansão para todos os estados e municípios brasileiros.

Contatos e Informações:

- Para maiores detalhes, enviar e-mail para rededeparcerias@gestao.gov.br

Soluções Enap para Desenvolvimento e Capacitação de Servidores

A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) é a maior escola de governo do Brasil e atua há 40 anos na formação e desenvolvimento de servidores públicos. Entre as diversas iniciativas que a Enap desenvolve, duas se destacam no quesito de formação de servidores estaduais e municipais: 1) Cursos da Escola Virtual de Governo (EV.G); e 2) Enap Aqui. A EV.G oferece mais de 900 cursos 100% on-line e gratuitos, para servidores públicos de todo o Brasil. O Enap Aqui é uma iniciativa que leva soluções educacionais desenvolvidas pela Enap até servidores municipais e estaduais, por meio de parcerias com outras escolas de governo.

Público-alvo

- Gestores e servidores públicos

Quantos beneficiados

- Há um crescimento consistente da participação de servidores municipais nos cursos da Escola Virtual de Governo (EV.G): as inscrições passaram de 452 mil em 2023 para mais de 695 mil em 2025, com aumento também significativo no número de certificados emitidos – de 199 mil para 364 mil, respectivamente.

Contatos e Informações:

- EV.G: <https://www.escolavirtual.gov.br/adesao>
- Enap Aqui: é preciso enviar e-mail para articulacao@enap.gov.br.
- Serão enviadas mais informações a parceria e sobre documentações

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Financiamento Externo Municipal

Capacitação desenvolvida com a exposição dos aspectos importantes nas esferas jurídicas, fiscal e contábeis de forma a qualificar a equipe para o desenvolvimento dos projetos que vão requerer financiamento externo.

Público-alvo

- Gestores e gestoras municipais.

Quantos beneficiados

- 100 participantes.

Contato

- Site: www.gov.br/planejamento
- seai@planejamento.gov.br
- (61) 2020-5379

Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas

Busca criar uma cultura organizacional nos municípios de forma que as gestões municipais possam avaliar suas políticas públicas visando aprimorar a ação estatal e ampliar a qualidade do gasto público.

Como exemplo, a ferramenta de avaliação padronizada de políticas públicas - MAPP já está disponível para uso público no Gov.Br. A SMA também disponibiliza materiais orientadores e fomenta cursos para servidores, em parceria com ENAP e outras instituições parceiras.

Público-alvo

- Gestores e gestoras municipais.

Quantos beneficiados

- 100 participantes
- Site: www.gov.br/planejamento
- seai@planejamento.gov.br
- (61) 2020-5379

MINISTÉRIO DA FAZENDA

RECEITA FEDERAL - Ponto de Atendimento Virtual (PAV)

O Ponto de Atendimento Virtual (PAV) é uma parceria entre a Receita Federal e entes públicos para garantir o acesso a serviços fiscais em municípios sem unidades próprias do órgão. Por meio de Acordos de Cooperação Técnica, o parceiro oferece a estrutura e pessoal, enquanto a Receita capacita os atendentes para realizar serviços como inscrição no CPF e regularização de MEIs. A iniciativa fortalece a cidadania fiscal e reduz desigualdades, evitando deslocamentos onerosos e aproximando o Estado do cidadão em todo o território nacional.

Público-Alvo

- Cidadãos e cidadãs, especialmente aqueles residentes em municípios sem unidade presencial da Receita Federal do Brasil, bem como microempreendedores individuais (MEIs) e demais pessoas que enfrentam barreiras de acesso aos serviços digitais do Estado.

Quanto já foi investido

- O Acordo de Cooperação Técnica do PAV não envolve transferência direta de dinheiro, mas baseia-se na cooperação federativa. A Receita Federal investe na capacitação técnica, suporte operacional e na cessão ou doação de equipamentos (como smartphones e webcams), enquanto o ente parceiro custeia a infraestrutura local, pessoal e conectividade para viabilizar o atendimento.

Quantos beneficiados

- Atualmente, existem **1.678 PAVs** em operação no Brasil, que realizaram mais de **4 milhões de atendimentos** entre 2023 e 2025. Com foco na inclusão social, o modelo atende populações vulneráveis e adapta-se às realidades locais, oferecendo desde atendimento domiciliar para pessoas com restrição de locomoção até serviços em línguas nativas em aldeias indígenas, garantindo capilaridade e cidadania.

Contatos

Endereço eletrônico com informações básicas de acesso

- [ACT para Ponto de Atendimento Virtual \(PAV\) com órgãos públicos — Receita Federal](#)

Canais de atendimento ao Gestor Municipal

- 1ª Região Fiscal (DF, GO, MG, MS, TO): pav.rf01@rfb.gov.br
- 2ª Região Fiscal (AC, AP, AM, PA, RO, RR): pav.rf02@rfb.gov.br
- 3ª Região Fiscal (CE, PI, MA): pav.rf03@rfb.gov.br
- 4ª Região Fiscal (RN, PE, PB, AL): pav.rf04@rfb.gov.br
- 5ª Região Fiscal (BA, SE): pav.rf05@rfb.gov.br
- 6ª Região Fiscal (MG): pav.rf06@rfb.gov.br
- 7ª Região Fiscal (RJ, ES): pav.rf07@rfb.gov.br
- 8ª Região Fiscal (SP): pav.rf08@rfb.gov.br
- 9ª Região Fiscal (SC, PR): pav.rf09@rfb.gov.br
- 10ª Região Fiscal (RS): pav.rf10@rfb.gov.br]



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Acordos FUNDEF e os Municípios (PGU)

O Plano Nacional de Negociação nº13 oferece uma oportunidade para os Municípios receberem a complementação do FUNDEF, garantindo recursos para a educação básica.

Público-alvo:

- Todos Municípios, exceto os que estão nos Estados do AC, AM, RJ, ES, SP, RR, SC e RS
Quantos beneficiados? mais de 117 acordos e mais R\$2.745.131.714,65 pagos em acordos

Contatos

- pnne.pgu@agu.gov.br

Regularize – Regularizando a dívida ativa (PGFN)

O Regularize é um portal oficial da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que permite a pessoas físicas e empresas negociarem dívidas ativas com a União de forma simplificada e online. Ele possibilita parcelamentos e descontos de até 70% em multas e juros, facilitando a regularização fiscal e a emissão de certidões negativas.

Público-alvo

- Pessoas físicas e jurídicas

Contatos

- <https://www.regularize.pgfn.gov.br/>

Programa Pactua mais - Débitos não tributários dos municípios com a União (PGU)

O programa Pactua Mais, lançado pela AGU, facilita a negociação de dívidas não tributárias com a União, oferecendo até 50% de desconto para pagamentos à vista e parcelamento em até 60 vezes. Focado em pessoas físicas e jurídicas que visam regularizar seus débitos com a União, independentemente do valor.

Público-alvo - Pessoas físicas e jurídicas.

Contatos

- <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/resolve-dividas-agu>

Resolve Dívidas (PGF)

O portal Resolve Dívidas AGU permite negociar dívidas ativas de até 60 salários mínimos com autarquias e fundações federais (PGF), oferecendo descontos de até 50% para pagamento à vista ou parcelamento em até 60 meses. A adesão é 100% digital, com prazo estendido até agosto de 2026, facilitando a regularização de débitos como ANTT, DNIT, IBAMA, e outros

Público-alvo

- Pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte que tenham dívidas com autarquias e fundações públicas federais. Para aderir, é preciso que o débito esteja inscrito em dívida ativa até 1º de novembro de 2024 e tenha valor de até 60 salários mínimos

Contatos

- <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/resolve-dividas-agu>



Laboratório de Inovação da AGU (Labori)

O Laboratório de Inovação da Advocacia-Geral da União (Labori) é um espaço colaborativo e multidisciplinar, que visa fomentar soluções inovadoras em produtos, serviços e processos para o aprimoramento da segurança jurídica, da gestão e das políticas públicas, em benefício da sociedade. Na prática, o Laboratório busca construir pontes entre ideias, tecnologias e conhecimentos. A iniciativa tem importância não só para AGU, mas também para toda a Administração Pública e para o ecossistema de inovação brasileira. No âmbito do Laboratório, a partir de eixos prioritários, são desenvolvidos projetos e ações junto ao público interno e externo.

Parcerias estratégicas com órgãos públicos e entidades privadas são firmadas visando promover o compartilhamento de recursos humanos especializados e infraestrutura para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e inovação.

Público-alvo:

- Órgãos da Administração Pública e entidades privadas interessados

Quantos beneficiados

- Mais de 29 parceiros

Contatos:

- labori@agu.gov.br
- (61) 2026-8219 / (61) 2026-8874
- <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/labori>

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

Programa Time Brasil: Ações de Integridade Pública para Estados e Municípios

O Programa Time Brasil é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União para que estados e municípios fortaleçam suas estruturas de integridade e aprimorem a gestão pública. A adesão é voluntária e não envolve repasse de recursos financeiros.

Por meio do Programa, os entes federativos passam a ter acesso a sistemas, ferramentas tecnológicas e redes colaborativas da CGU, orientações técnicas, capacitações e metodologias que apoiam a implementação de ações nas áreas de controle interno, ouvidoria, corregedoria, transparência, gestão da ética e outras funções essenciais à integridade.

A iniciativa contribui para o fortalecimento da capacidade institucional dos estados e municípios, a adoção de práticas de transparência e integridade e o aumento da eficiência administrativa. Para a sociedade, os resultados refletem na ampliação da transparência pública, no fortalecimento da participação e do controle social e na melhoria da qualidade e da confiabilidade dos serviços públicos prestados à população.

Público-alvo:

- Estados, municípios e Distrito Federal.

Quanto já foi investido

- O Programa não envolve repasse direto de recursos financeiros.

Quantos beneficiados

- Atualmente, o Programa Time Brasil conta com 100 entes federativos apoiados, alcançando uma população estimada de 36.335.517 pessoas.

Contato e informação

- Site <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/integridade-publica/time-brasil>
- E-mail: timebrasil@cgu.gov.br



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Pró-Regularidade RPPS

Programa de Regularidade Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social, com o objetivo de orientar e dar prazos para os entes federativos obterem o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, possibilitar o parcelamento de débitos previsto na Emenda Constitucional nº 136/2025 em até trezentas parcelas e apoiá-los tecnicamente na busca da sustentabilidade desses regimes.

Público-alvo

- Entes federativos com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – sistema de previdência pública que dá cobertura a servidores públicos efetivos, aposentados e pensionistas. Todos os 2.130 Municípios que possuem RPPS podem aderir ao Programa.

Quanto já foi investido

- Não se aplica.

Quanto beneficiados

- Até abril de 2024, 452 entes já fizeram a adesão ao Pró-Regularidade e cadastraram mais de 1.200 termos de parcelamento com base na EC 136/2025.

Contatos

- Site <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/programa-de-regularidade-previdenciaria-pro-regularidade-rpps>,
- Telefone/WhatsApp (61) 2021-5555
- E-mail pro.regularidade.rpps@previdencia.gov.br.

03

EIXO



***Desenvolvimento
Econômico
Sustentável e
Mudança do Clima***

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Pacto para o Desenvolvimento Sustentável – “Meu Município pelos ODS”

O Pacto Meu Município pelos ODS é uma iniciativa voltada a gestores locais que desejam transformar suas cidades a partir da Agenda 2030, conjunto de compromissos assumidos pelos países membros das Nações Unidas, entre eles o Brasil. Estruturado nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), acrescidos no Brasil do ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial, orienta a atuação integrada do poder público e da sociedade. A adesão ao Pacto é gratuita e voluntária pelas prefeituras, assegurando acesso a orientações, metodologias e instrumentos que fortalecem o planejamento, a gestão e a articulação com políticas públicas.

Público-alvo:

- Prefeituras e gestores locais

Quanto já foi investido

- A iniciativa não envolve repasse direto de recursos financeiros, baseando-se em cooperação institucional e apoio técnico.

Quantos beneficiados

- 277 Municípios (até 07/05/2026), abrangendo uma população estimada de 33.047.228 habitantes.

Contatos

- **Telefones:** (61) 3411-4863 /3411-4715
- **E-mail:** comissaonacional.ods@presidencia.gov.br



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Programa Nacional de Modernização e Apoio à Produção Agrícola (PROMAQ).

Fortalecer a infraestrutura rural e ampliar a capacidade produtiva do setor agropecuário brasileiro por meio da mecanização agrícola.

OBJETOS:

- Escavadeira hidráulica, retroescavadeira; pá-carregadeira, motoniveladora, rolo compactador e tratores agrícolas. e caminhão-pipa (4x2 de 10.000l e 6x2 de 20.000l), caminhão basculante (4x2 de 6m³ e 6x4 de 12m³); e caminhão plataforma (6x2 de 8m a 9m e 8x2 de 10m a 11m, entre outros.

O Público-alvo do PROMAQ:

- Produtores rurais e agricultores, comunidades rurais e trabalhadores do campo.
- Instituições e entidades elegíveis: municípios, estados, Distrito Federal e consórcios públicos.

Quanto já foi investido

- Foram empenhados R\$ 721,7 milhões e liquidados R\$ 637,6 milhões, correspondendo a 84% do orçamento executado.

Quantos beneficiados

- O programa beneficiou 1.322 entes, sendo: 1.300 municípios; 6 consórcios intermunicipais; 2 federações; 11 secretarias estaduais; 1 empresa pública; 1 autarquia; 1 entidade vinculada.

Requisitos:

- Estão definidos pela Portaria MAPA nº 775/2025, Instrução Normativa SPOA/SE/ MAPA nº 2, de 11 de abril de 2025, que regulamenta a execução das doações de maquinário no âmbito do Programa. e pela ação orçamentária 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário.

Contato

- Telefone: (61) 3276-5286
- E-mail: cgpromaq@agro.gov.br



MINISTÉRIO DAS CIDADES

Novo PAC – Mobilidade Urbana Sustentável - Grandes e Médias Cidades

Apoia projetos de infraestrutura de prioridade aos sistemas de transporte público coletivo urbano: BRTs e sistemas de trilhos (metrô, trens urbanos, VLTs, dentre outros); Corredores e faixas exclusivas; Centros Operacionais e Sistemas de Transporte Inteligente; Terminais, estações de passageiros e abrigos; Bicicletas públicas compartilhadas e ciclovias (desde que integrada ao sistema de transporte público).

Público-alvo:

- Estados, DF, municípios com mais de 150 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas, conforme lista de proponentes elegíveis disponibilizada: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/novo-pac-selecoes-2026/mobilidade-urbana-grandes-e-medias-cidades> ([Mobilidade Urbana - Grandes e Médias Cidades – Ministério das Cidades](#)).

Contato:

- Site <https://www.gov.br/cidades/pt-br/novo-pac-selecoes-2026/mobilidade-urbana-grandes-e-medias-cidades>
- E-mail: selecao.mobilidade@cities.gov.br
- Telefone: (61) 3774-5914

Novo PAC – Mobilidade Urbana Sustentável - Renovação de Frota

Apoia aquisição de veículos novos, equipamentos e sistemas embarcados para o transporte público coletivo, com objetivo de incentivar a renovação da frota por modelos mais eficientes e menos poluentes (ônibus com tecnologia Euro 6 ou tração elétrica), contribuindo para redução de custos operacionais, aumento do conforto e da segurança dos usuários e diminuição de poluentes na área urbana.

Público-alvo:

- Setor Público: Municípios acima de 150 mil habitantes, conforme lista disponibilizada no site. (<https://www.gov.br/cidades/pt-br/novo-pac-selecoes-2026/renovacao-de-frota>);
- Setor Privado: operadores que detenham concessão ou a permissão do transporte público coletivo.

Contato:

- Site <https://www.gov.br/cidades/pt-br/novo-pac-selecoes-2026/renovacao-de-frota>
- E-mail: pac.refrota@idades.gov.br
- Telefone: (61) 3774-5914

Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura (REIDI)

Incentivo fiscal para viabilizar a realização de empreendimentos estruturantes como sistemas de metrô, Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) dentre outros, por meio da suspensão de tributos PIS/PASEP e COFINS.

Público-alvo:

- Empresas privadas titulares de projetos de infraestrutura de transporte urbano aprovados pelo Ministério.

Contato:

- Site: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/mobilidade-urbana/debentures-incentivadasobibilidade>
- E-mail: demob@idades.gov.br
- Telefone: (61) 3774-5914

Debêntures Incentivadas

- Debênture é um título de dívida pública, de médio e longo prazo, compradas por investidores como contribuição na viabilização de investimentos, ampliando fontes de financiamento. É necessário aprovação do projeto como prioritário pelo Ministério das Cidades, nos termos da regulamentação.

Público-alvo:

- Pessoas jurídicas, na condição de concessionárias, permissionárias, autorizatárias ou arrendatárias de serviços voltados à melhoria da mobilidade urbana.

Contato

- Site <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/mobilidade-urbana/debentures-incentivadas>
- E-mail: debentures.semob@cities.gov.br
- Telefone: (61) 3774-5914

Avançar Cidades – Mobilidade Urbana

O programa tem como objetivo melhorar a qualidade dos deslocamentos da população em ambientes urbanos pelo financiamento de ações de mobilidade urbana voltadas ao transporte público coletivo, ao transporte não motorizado (transporte ativo), à elaboração de planos de mobilidade urbana municipais e metropolitanos, estudos e projetos básicos e executivos.

Público-alvo:

- Os estados, o Distrito Federal e os municípios, os consórcios públicos e os órgãos públicos gestores dos serviços de transporte público coletivo urbano e de mobilidade urbana ou que desempenhem funções de desenvolvimento urbano local ou regional; e as empresas públicas participantes de consórcios e sociedades de propósito específico que detenham a concessão ou a permissão do transporte público coletivo urbano ou de serviços associados.

Contato:

- Site <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/mobilidade-urbana/avancar-cidades-2013-mobilidade-urbana>
- E-mail: avancar.mobilidade@cities.gov.br
- Telefone: (61) 3774-5914

Apoio à elaboração de planos de mobilidade urbana

Auxiliar municípios no desenvolvimento de planos de mobilidade urbana alinhados à Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Público-alvo:

- Municípios com mais de 20 mil habitantes e regiões metropolitanas

Contato:

- Site <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/mobilidade-urbana/apoio-a-elaboracao-de-planos-de-mobilidade-urbana>
- E-mail: mobilidade.urbana@cities.gov.br
- Telefone: (61) 3774-5915.

Programa Bicicleta Brasil

Incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte, visando contribuir para a melhoria das condições de mobilidade urbana em território nacional. Sua implementação ocorre em todas as cidades com mais de 20 mil habitantes e a responsabilidade é compartilhada com a União, estados, prefeituras e sociedade civil organizada.

Público-alvo:

- Municípios com mais de 20 mil habitantes.

Contato:

- <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/mobilidade-urbana/programa-bicicleta-brasil>
- E-mail: pbb@cities.gov.br
- Telefone: (61) 3774-5918/6209

Viabiliza

Facilitar a estruturação de projetos e o acesso a fontes de financiamento para mobilidade urbana sustentável.

Público-alvo:

- Gestores municipais e equipes técnicas interessadas em aprimorar a captação de recursos.

Contato

- Site: viabiliza.cidades.gov.br/
- E-mail: mobilidade.urbana@cities.gov.br
- Telefone: (61) 3774-5915.

Apresentar propostas para o Programa Minha Casa, Minha Vida**Modalidade FNHIS-Sub 50**

Repasse de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), para apoiar municípios, estados e o Distrito Federal no desenvolvimento de ações voltadas à produção ou aquisição de unidades habitacionais, regulares e dotadas de serviços públicos, em localidades urbanas de municípios com população inferior ou igual a cinquenta mil habitantes, e destinadas a famílias cuja renda bruta familiar mensal esteja enquadrada na Faixa Urbano 1 do MCMV, ou Faixa Urbano 2 em caso de emergência ou calamidade pública.

Público-alvo

- Estados, Distrito Federal e municípios com população até 50 mil habitantes.

Informações e Contato:

- Disponíveis em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/portarias-far-2023>
- Secretaria Nacional de Habitação
- Departamento de Habitação Rural
- E-mail: snh.dhr@cities.gov.br
- Telefone: (61) 2034-4449/4499

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Programa Computadores para Inclusão

Destina equipamentos obsoletos ou danificados de órgãos públicos para pontos de inclusão social em todo o Brasil. Após passarem pelos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), esses materiais são recuperados por alunos de cursos de capacitação profissional na área de tecnologia reutilizados para criar laboratórios de informática em escolas, associações e diversas instituições.

Público-alvo

- Escolas e instituições da rede de educação básica, do ensino fundamental, médio e superior e do ensino técnico.

Quanto já foi investido

- Já foram investidos mais de R\$ 101 milhões de reais na execução do Programa desde sua criação.

Quantos beneficiados

- 6,7 mil laboratórios de informática aparelhados com mais de 76 mil computadores recondicionados.
- Mais de 320 cursos foram oferecidos nos 35 Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs) atualmente em operação, capacitando mais de 81 mil alunos.

Contatos

- Site: www.gov.br, busca por Serviços e Solicitar Computadores Recondicionados.
- Email: desfazimento.setel@mcom.gov.br;
- Telefone: (61) 20276385 / 6969 / 6457 / 6144

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Construa Brasil (BIM)

Aumentar a produtividade e competitividade do setor da construção civil, atuando em três eixos principais: Desburocratização, Digitalização e Industrialização.

Público-alvo:

- Gestores dos municípios e seus profissionais da área de construção.

Quanto já foi investido:

- A parceria é do Mdic com a Enap e Escola de Governo, sem valor investido.

Quantos beneficiados:

- Não há números dos beneficiados.

Contatos:

- Site: www.gov.br/mdic
- E-mail: gab.aspar@mdic.gov.br
- Telefone: (61) 2027-8186

Nova Indústria Brasil (NIB)

Prevê a articulação de diversos instrumentos de Estado, como linhas de crédito especiais, recursos não-reenbolsáveis, ações regulatórias e de propriedade intelectual, além de uma política de obras e compras públicas, com incentivos ao conteúdo local, para estimular o setor produtivo em favor do desenvolvimento do país.

- Missão 1: Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética;
- Missão 2: Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde;
- Missão 3: Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e bem-estar nas cidades;
- Missão 4: Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade;
- Missão 5: Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para futuras gerações;
- Missão 6: Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais.

Público-alvo

- Unidades industriais ou agroindustriais, privadas, estatais ou de economia mista, de todos os portes e com processos produtivos efetivados no território brasileiro.

Requisitos:

- Depende de cada programa a ser acessado.

Quanto já foi investido:

- R\$ 643,3 bilhões em linhas de crédito até 2026.

Contatos:

- Site: www.gov.br/mdic
- E-mail: gab.aspar@mdic.gov.br
- Telefone: (61) 2027-8186

Selo de Boas Práticas Regulatórias

Certificação concedida a órgãos, estados e municípios que adotam diretrizes e procedimentos alinhados às melhores práticas de regulação.

Público-alvo:

- Órgãos de todos os níveis, estados e municípios.

Quantos beneficiados:

- 34 atos normativos com os selos divididos entre ouro, prata e bronze.

Contatos:

- Site: www.gov.br/mdic
- E-mail: gab.aspar@mdic.gov.br
- Telefone: (61) 2027-8186

MINISTÉRIOS DE MINAS E ENERGIA

Gás para Empregar

Objetivo: Promover o melhor aproveitamento do gás natural produzido no Brasil, ampliando sua oferta a preços competitivos e reduzindo desperdícios, como a reinjeção excessiva do insumo.

Instituído em 20/03/2023, o Programa conta com Grupo de Trabalho (GT-GE) criado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para propor medidas estruturantes ao setor.

Atualmente, mais de 50% do gás natural produzido no país é reinjetado (cerca de 83,2 milhões de m³/dia, em média em 2024), seja por razões técnicas ligadas à produção de petróleo, seja por limitações de infraestrutura. A redução desse volume pode ampliar significativamente a oferta ao mercado consumidor.

Principais benefícios:

- Aumentar o aproveitamento do gás natural e seu retorno social e econômico;
- Ampliar a oferta para a indústria, incluindo fertilizantes e petroquímica;
- Reduzir a dependência externa de insumos estratégicos;
- Integrar o gás natural à transição energética, incentivando soluções de baixo carbono (biogás, biometano, hidrogênio e captura de carbono);
- Estabelecer diretrizes para expansão da infraestrutura de escoamento, processamento e transporte;
- Aumentar a competitividade da indústria nacional com redução de custos energéticos;
- Promover maior segurança jurídica e previsibilidade para investidores;
- Estimular a concorrência e reduzir o preço do gás ao consumidor final;
- Contribuir para a neointustrialização e descarbonização da economia;
- Gerar empregos, renda e desenvolvimento regional;
- Reduzir custos de fertilizantes e contribuir para a segurança alimentar.

Público-alvo

- Municípios focados em desenvolvimento econômico; indústrias de fertilizantes, petroquímica e setores intensivos em energia; investidores em infraestrutura; produtores de gás natural e biometano; trabalhadores beneficiados pela geração de empregos.

Números e impactos estimados

- Geração de aproximadamente **436 mil empregos** diretos e indiretos;
- Investimentos estimados em **R\$ 94,6 bilhões**;
- Acréscimo de **R\$ 79 bilhões ao PIB**;
- Aumento de **R\$ 9,3 bilhões na arrecadação federal**;
- Oferta nacional de gás atingiu **65,2 milhões de m³/dia em agosto de 2025**, um dos maiores níveis da série histórica.

Contatos

- **Site:** www.gov.br/mme (Menu: Assuntos, Secretarias, Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Gás para Empregar)
- **E-mail:** dgn@mme.gov.br
- **Telefone:** (61) 2032-5506

Selo Biocombustível Social

O Selo Biocombustível Social é um instrumento do Governo Federal que promove a inclusão produtiva da agricultura familiar na cadeia de produção de biocombustíveis, especialmente o biodiesel.

A iniciativa incentiva a aquisição de matérias-primas de agricultores familiares por produtores de biocombustíveis, garantindo acesso a benefícios fiscais e políticas públicas diferenciadas.

O programa contribui para o desenvolvimento regional sustentável, geração de renda no campo e fortalecimento da participação da agricultura familiar no setor energético.

Benefícios

- Inclusão produtiva e geração de renda para agricultores familiares
- Desenvolvimento regional sustentável
- Estímulo à produção de biocombustíveis
- Incentivos fiscais para empresas participantes

Números

- Participação crescente da agricultura familiar na cadeia do biodiesel
- Milhares de famílias beneficiadas anualmente

Luz para Todos

Objetivo: Levar energia elétrica a populações do meio rural e de regiões remotas da Amazônia Legal que ainda não possuem acesso ao serviço, promovendo inclusão social, redução de desigualdades e combate à pobreza energética.

Instituído pelo Decreto nº 11.628/2023, o programa busca democratizar o acesso à energia e melhorar a qualidade de vida das populações atendidas.

O acesso à energia elétrica transforma a realidade das comunidades, permitindo melhores condições de moradia, saúde, educação, comunicação e geração de renda, além de fortalecer o desenvolvimento local.

Expansão da infraestrutura em áreas rurais e remotas; fortalecimento das atividades produtivas locais; melhoria no funcionamento de escolas, unidades de saúde e serviços públicos; apoio ao desenvolvimento econômico e social.

Público alvo

- Famílias e comunidades rurais sem acesso à energia; populações de regiões remotas da Amazônia Legal; prioridade para famílias de baixa renda (CadÚnico), indígenas, quilombolas e assentamentos rurais; escolas, unidades de saúde e estruturas comunitárias.

Investimentos

- Aproximadamente R\$ 6 bilhões em recursos totais.

Quantos foram beneficiados

- Entre 2023 e 2025, 197 mil famílias atendidas; cerca de 789 mil pessoas beneficiadas; R\$ 5,2 bilhões investidos; ampliação do acesso à energia em áreas historicamente desassistidas.

Informações e contato

- **Site:** www.gov.br/mme (Programa Luz para Todos)
- **Atendimento:** Plataforma Fala.BR

Luz do Povo

Objetivo: Reduzir o custo da energia elétrica para famílias de baixa renda, ampliando o acesso a um serviço essencial e combatendo a pobreza energética.

Instituído pela Lei nº 15.235/2025, o programa substitui a Tarifa Social de Energia Elétrica, reforçando a inclusão social e o bem-estar das famílias brasileiras.

A redução da conta de energia garante mais dignidade às famílias, melhora as condições de vida e permite o uso seguro de equipamentos essenciais, além de contribuir para a saúde, educação e geração de renda.

Benefícios para o público: Gratuidade da tarifa para consumo de até 80 kWh/mês; desconto médio de cerca de 12% na conta de energia via isenção da CDE; redução do custo de vida das famílias; mais segurança energética e qualidade de vida.

Público-alvo

- Famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita de até meio salário mínimo;
- Beneficiários do BPC (idosos e pessoas com deficiência);
- Famílias com renda de até três salários mínimos com pessoas que utilizam equipamentos elétricos para tratamento;
- Famílias com renda entre meio e um salário mínimo (para desconto adicional).

Quantos foram beneficiados

- 17,1 milhões de famílias atendidas, em média, entre 2023 e 2025; 4,2 milhões de famílias beneficiadas com o novo desconto social; mais de R\$ 20 bilhões investidos entre 2023 e 2025.

Investimentos

- R\$ 10,4 bilhões previstos para 2026.

Saiba mais

- **Site:** www.gov.br/mme
- **Atendimento:** Plataforma Fala.BR

Selo Procel

Promover a eficiência energética nos municípios, reduzindo custos com energia elétrica e modernizando a infraestrutura pública, especialmente a iluminação.

O programa apoia projetos de modernização da iluminação pública e a adoção de soluções eficientes em prédios públicos, além de capacitar gestores municipais para uma melhor gestão energética.

A eficiência energética reduz gastos públicos, melhora a qualidade dos serviços e contribui para a sustentabilidade, com menor consumo de energia e redução de impactos ambientais.

- Redução de custos com energia em prédios públicos;
- Modernização da iluminação pública;
- Melhoria da gestão energética;
- Capacitação de gestores municipais;
- Mais sustentabilidade e eficiência nos serviços públicos.

Quem pode acessar

- Prefeituras municipais;
- Instituições públicas (escolas, hospitais, entre outros);
- População beneficiada indiretamente pelas melhorias.

Resultados alcançados

- R\$ 129 milhões investidos entre 2017 e 2025;
- R\$ 121 milhões previstos para contratação em 2025;
- 4,58 milhões de cidadãos beneficiados (Procel Reluz – 3ª chamada);
- Mais de 1.500 municípios atendidos desde 2017.

Contato

- **Site:** www.procel.gov.br
- **E-mail:** procel@enbpar.gov.br
- **Telefone:** (61) 3773-2800

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Programa Jovem Cientista da Pesca Artesanal

O programa busca despertar a vocação científica e incentivar talentos entre jovens do Ensino Médio público que sejam filhos, netos ou dependentes de pescadores(as) artesanais com Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) ativo. A iniciativa foca na valorização dos conhecimentos tradicionais e no desenvolvimento sustentável dessas comunidades. **Condições para a cidade acessar:** Editais das FAPs e CNPq.

Público-alvo

- Juventude pesqueira artesanal.

Quanto já foi investido

- Mais de 2 milhões.

Quantos beneficiados

- Mais de 3.600 jovens pescadoras e pescadores artesanais.

Contatos

- Site: www.gov.br/mpa, no menu, escolha Assuntos, depois Pesca, Programa Povos da Pesca Artesanal e clique em Jovem Cientista da Pesca Artesanal.
- Email: cgtip.snpa@mpa.gov.br
- Telefone: (61) 3276-5064

Programa Povos da Pesca Artesanal Pesca Artesanal

O Programa Povos da Pesca Artesanal, lançado pelo Governo Federal, é uma iniciativa histórica voltada exclusivamente para pescadoras e pescadores artesanais, visando fortalecer suas comunidades e territórios. Este programa surge da necessidade de políticas públicas que respeitem e promovam os modos de vida tradicionais das comunidades pesqueiras, que representam uma significativa parcela da população brasileira, especialmente nas regiões Nordeste e Norte, onde predominam pescadores negros, indígenas e quilombolas. O programa visa garantir direitos sociais, culturais e ambientais aos pescadores, promovendo a justiça histórica para esse setor.

O gestor municipal deve entrar em contato com a universidade pública federal ou estadual de sua região que participam do programa para elaboração de uma proposta de projeto de pesquisa para a comunidade pesqueira artesanal de seu município.

Público-alvo

- Pescadores e pescadoras artesanais. a) os jangadeiros; b) as marisqueiras; c) os vazanteiros; d) as caiçaras; e) os extrativistas; f) os ribeirinhos

Quanto já foi investido

- Aproximadamente 34 milhões.

Contatos

- Site: www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/programa-povos-da-pesca-artesanal
- Email: snpa@mpa.gov.br
- Telefone: (61) 3276-4448

Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura (ProAqui)

Transferência de recursos federais para promover a consolidação, a qualificação e o crescimento do setor aquícola brasileiro, com a desburocratização da atividade de aquicultura; a estruturação, a organização e o desenvolvimento das cadeias produtivas da aquicultura; a inclusão socioprodutiva dos agentes e a promoção do crescimento sustentável da capacidade produtiva da aquicultura.

Público-alvo

- Aquicultores (as) e demais agentes integrantes da cadeia produtiva da aquicultura, com foco em capacitação, assistência técnica e extensão rural (ATER), infraestrutura e fornecimento de kits aquícolas.

Quanto já foi investido

- R\$ 173 milhões até 2025 (Incluindo emendas parlamentares)

Contatos

- E-mail: gabinete.sna@mpa.gov.br
- Site: www.gov.br/mpa
- Telefone: (61) 3276-4453

Programa Nacional de Regularização de Embarcação de Pesca – PROPESC

O Programa visa submeter todas as embarcações de pesca cadastradas junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura ao processo de vistoria presencial. Objetivo é atualizar o cadastro dessas embarcações e facilitar o processo de renovação das autorizações de pesca que estão vencidas, regularizando, assim, o exercício da atividade de pesca desse público. Os municípios, por meio da prefeitura ou secretaria municipal, podem ser parceiros no programa, credenciando os profissionais que compõem o quadro de agente público do órgão, possibilitando a certificação junto ao MPA como vistoriador e realizar o serviço de vistoria in loco.

Público-alvo:

- Pescadores, donos de embarcações e empresas pesqueiras.

Quantos beneficiados

- Projeção de beneficiar aproximadamente 300 mil pescadores e armadores de pesca.

Contatos

- Site: www.gov.br/mpa, no menu, escolha Assuntos, depois Cadastro, Registro e Monitoramento, então Propesc e clique em Inscrição de Órgãos Públicos para obtenção do certificado de vistoriador.
- **Email:** vistoria.propesc@mpa.gov.br
- **Telefone:** (61) 3276-4428

Programa Pesca e Aquicultura Sustentável

Criar condições higiênico-sanitárias na produção e infraestrutura produtiva e de distribuição da cadeia do pescado.

Público-alvo

- Indústrias de beneficiamento, redes de distribuição, associações e cooperativas de pescadores e aquicultores de pequeno porte.

Quanto já foi investido

- R\$ 51,9 milhões até 2024.

Quantos beneficiados

- 45 municípios foram beneficiados.
- 80 mil famílias direta e indiretamente ligadas à pesca e a aquicultura.

Contatos

- Site: www.gov.br/mpa
- Email: dip-snpi@mpa.gov.br
- Telefone: (61) 3276-4238

Programa Pescado-Pró com o Mais Pescado

Estes dois projetos são voltados ao desenvolvimento sustentável da pesca amadora e esportiva, com infraestrutura turística inclusiva, apoio a eventos, promoção nacional e internacional, capacitação profissional e regularização dos praticantes.

Público-alvo

- Turismo, pesca esportiva, pescadores artesanais, pescadores industriais, indústrias que trabalham com pescado, Indígenas; Integrantes de comunidades remanescentes de quilombos, e; demais comunidades tradicionais.

Quanto já foi investido

- Entre 2023 a 2025 foram investidos por volta de 35 milhões.

Quantos beneficiados

- O projeto fortalece a cadeia do pescado em diversas regiões do país, beneficiando cerca de 10 mil famílias com geração e manutenção de empregos, melhoria da qualidade sanitária do pescado e dinamização econômica local. No turismo, 3.950 pessoas foram beneficiadas com a pesca amadora e esportiva, impulsionando renda, inclusão produtiva e desenvolvimento regional.

Contatos:

- SIC: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic-1>
- E-mail: snpi@mpa.gov.br
- Telefone: (61) 3276-4238



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Municipalização do trânsito – Sistema Nacional de Trânsito

O município assume integralmente a responsabilidade pelos serviços relativos ao trânsito da cidade. A adesão habilita os municípios ao Sistema Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF), permitindo a arrecadação de multas autuadas, além de facilitar parcerias com o Ministério das Cidades para a implementação de planos de mobilidade urbana.

Público-alvo

- Municípios

Contatos

- Site: www.gov.br/transportes
- Telefone: (61) 2029-7810/ 8180/ 8262
- Dúvidas podem ser enviadas diretamente para: gabinete.senatran@transportes.gov.br

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

INFRAERO - Soluções aplicadas ao Desenvolvimento e Operação de Aeroportos Regionais

Público-alvo

- Prefeituras, governos estaduais e gestores públicos responsáveis por aeroportos regionais

O que é

- A Infraero oferece soluções completas para apoiar municípios no desenvolvimento, gestão, operação e modernização de aeroportos regionais, contribuindo para conectar cidades, fortalecer o turismo, atrair investimentos e impulsionar a economia local.

O portfólio de serviços da Infraero é estruturado em quatro linhas de negócios:

- Gestão e operação aeroportuária;
- Serviços técnicos especializados, com destaque para:
 - *Projetos de engenharia e apoio a fiscalização de obras;*
 - *Estudos técnicos e planejamento aeroportuário;*
 - *Assessoria/consultoria técnica especializada;*
 - *Manutenção de pistas de pouso e decolagens;*
 - *SUCOTAP – faturamento e cobrança de tarifas aeroportuárias para arrecadação de receitas.*
- Soluções digitais;
- Treinamentos.

A Infraero é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, possui mais de 5 décadas de experiência na gestão e operação de aeroportos em todo o Brasil, sendo referência nacional em aviação civil, com atuação estratégica no desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária brasileira.

Quanto já foi investido

- A Infraero possui atuação nacional em infraestrutura aeroportuária, com investimentos contínuos em gestão, operação, modernização e desenvolvimento de aeroportos regionais em diversas regiões do país.

Quantos beneficiados

- Estados, municípios, operadores públicos, passageiros, turistas e cadeias econômicas locais beneficiadas pela ampliação da conectividade aérea regional e pelo fortalecimento da infraestrutura aeroportuária.
- A Infraero mantém aeroportos sob sua gestão em diferentes regiões do Brasil e atua também no apoio a outros, fomentando o desenvolvimento da aviação regional.

Contatos:

- Site: <https://www4.infraero.gov.br/negocios/>
- E-mail: negociosaeroportuarios@infraero.gov.br
- Telefone: (61) 3312-1886 / 3120 / 3377 / 3922 / 2989

ANAC - Gestão e Operação Aeroportuária

Programa de Capacitação destinado a profissionais interessados em conhecer e trabalhar na área de gestão e operação de aeródromos, o curso fornece informações básicas sobre um assunto fascinante e, ao mesmo tempo, desafiador, que é a gestão e operação de aeródromos.^[1]

Patrocinado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), como parte do Programa "Asas para Todos", as aulas serão disponibilizadas na modalidade online e assíncrona, totalmente autoinstruída, na plataforma Moodle da PUCRS de forma gratuita.

Link: <https://portal.pucrs.br/ensino/cursos/certificacao/treinamento-em-gestao-de-aerodromos/>

MINISTÉRIO DO TURISMO

FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo

Programa de financiamento e fomento ao setor turístico nacional

O Fundo Geral de Turismo (Novo Fungetur) é um fundo especial de financiamento vinculado ao Ministério do Turismo, com orçamento e patrimônio próprios, destinado a fomentar o desenvolvimento do setor turístico nacional por meio da oferta de linhas de crédito operadas exclusivamente por agentes financeiros credenciados.

O programa tem como objetivo enfrentar o déficit de financiamento estruturado no setor, ampliando o acesso ao crédito para empreendimentos turísticos, promovendo a modernização da infraestrutura e a qualificação dos serviços e o fortalecimento da atividade turística nos municípios brasileiros.

Os financiamentos abrangem a realização de obras, a aquisição de bens, a recomposição ou ampliação do capital de giro e o apoio a políticas públicas de incentivo ao turismo, observadas as normas legais e regulamentares vigentes.

Contatos

- Telefone: (61) 2023-7266
- E-mail: fungetur@turismo.gov.br
- Cadastro de Prestadores de Serviço:
- Cadastur
- Painel Oficial do FUNGETUR: <https://paineis.turismo.gov.br/sense/app/6835a90f-5497-4052-9dd0-912a833b3e49/sheet/680b8ab2-7114-4cde-8901-00062f7dd8dd/state/analysis>.
- Site institucional: Ministério do Turismo

MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Contrata+Brasil

Incentivar a contratação simplificada de MEIs por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, para prestarem serviços de pequenos reparos em prédios e equipamentos públicos.

Público-alvo:

- Microempreendedores individuais (MEIs); micro e pequenas empresas; agricultores familiares; cooperativas; fornecedores locais e órgãos públicos (municipal, estadual e federal).

Quanto já foi investido:

- Contrata+Brasil movimentou mais de R\$ 20,6 milhões em contratações de serviços, além de R\$ 564,3 mil em oportunidades de alimentos publicadas no PNCP.

Quantos beneficiados:

- 1,6 mil órgãos públicos cadastrados
- 10 mil MEIs credenciados
- 1.482 agricultores familiares

Contato e informações.

- Acesse o site e inscreva-se no programa.
- Site: www.gov.br/contratamaisbrasil
- E-mail: sisam@memp.gov.br
- Telefone: (61) 2027-8222/7459

Procred360

O ProCred 360 atende Microempreendedores Individuais (MEIs) e Microempresas com faturamento de até R\$ 360 mil ao ano. De caráter permanente, ele já opera em bancos públicos/privados e possibilita limites mais amplos para empresas lideradas por mulheres em todo o país.

Público-alvo:

- Microempreendedores Individuais MEIs e microempresas com faturamento anual até R\$ 360 mil.

Quanto já foi investido:

- R\$ 5,1 bilhões contratados

Quantos beneficiados:

156 mil empresas atendidas

Contato e informação

- Procure o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou bancos privados que operam o programa.
- Site: www.gov.br/memp/pt-br/programa-acredita/procred360
- E-mail: sane@memp.gov.br
- Telefone: (61) 2027-7874/8120

Pronampe

O Pronampe é uma linha de crédito permanente para micro e pequenas empresas (MPEs), com garantia do governo para facilitar o acesso a financiamento. O objetivo é apoiar capital de giro e investimentos, com condições mais acessíveis para fortalecer e ampliar os pequenos negócios

Público-alvo:

- Todos os empreendedores que solicitaram empréstimos via Pronampe e adquiriram dívidas em relação ao programa poderão renegociá-las, desde MEIs, microempresas até empresas de pequeno porte.

Quanto já foi investido e beneficiados:

- 2026: 10 bilhões – 107 mil empresas
- 2025: 23,5 bilhões – 322 mil empresas

Contato e informações:

- Procure o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou bancos privados que operam o programa.
- E-mail: sane@memp.gov.br
- Telefone: (61) 2027-7874/8120

Programa do Artesanato Brasileiro (PAB)

O PAB tem o objetivo de coordenar e desenvolver ações para valorização do artesanato brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico.

Público-alvo:

- Artesãs e artesãos brasileiros.

Quanto já foi investido:

- R\$ 27.476.962,24

Quantos beneficiados:

- 254.799 artesãs e artesãos

Contato

- Site: www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/artesanato
- E-mail: sisam@memp.gov.br
- Telefone: (61) 2027-8222/7459

Desenrola Pequenos Negócios (Desenrola 1)

O Desenrola Pequenos Negócios ofereceu oportunidade para microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte para renegociarem suas dívidas com instituições financeiras, com o objetivo de fortalecer o ambiente de negócios e impulsionar o crescimento econômico do país.

Observação: No dia 05/5 foi lançado o Novo Desenrola Brasil, com a modalidade empresas, contudo, na presente data ainda não temos os dados relativos a este público. Este programa ficará vigente por 90 dias a partir da data do lançamento.

Público-alvo:

- MEIs, microempresas e EPPs com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões e dívidas em atraso há mais de 90 dias (a partir de 22 de abril de 2024) com instituições financeiras.

Quanto foi investido:

- R\$ 7,5 bilhões negociados

Quantos beneficiados:

- 183 mil operações de 122 mil empresas

Contato

- Site: <https://www.gov.br/memp/pt-br/programa-acredita/desenrola-pequenos-negocios>
- E-mail: sane@memp.gov.br
- Telefone: (61) 2027-7874/8120



GOVERNO DO



DO LADO DO POVO BRASILEIRO